



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC I
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

MALENA GALDINA DE SOUSA

**QUE OS BONS VENTOS CALMOS ASSIM TE LEVEM: UMA ANÁLISE DA
VIOLÊNCIA URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DAS MÃES
NEGRAS EM SALVADOR A PARTIR DE OBRAS AUDIOVISUAIS**

SALVADOR -BA

2025

MALENA GALDINA DE SOUSA

**QUE OS BONS VENTOS CALMOS ASSIM TE LEVEM: UMA ANÁLISE DA
VIOLÊNCIA URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DAS MÃES
NEGRAS EM SALVADOR A PARTIR DE OBRAS AUDIOVISUAIS**

Monografia apresentada ao Colegiado de Psicologia campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel (a) em Psicologia.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Daniela Maria Barreto Martins

SALVADOR - BA

2025

TERMO DE APROVAÇÃO


MALENA GALDINA DE SOUSA

QUE OS BONS VENTOS CALMOS ASSIM TE LEVEM: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DAS MÃES NEGRAS EM SALVADOR A PARTIR DE OBRAS AUDIOVISUAIS


Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de **bacharelado em Psicologia** Campus I, Salvador, da Universidade do Estado da Bahia, sob orientação do (a) Prof. (a) Dr. (a) Daniela Maria Barreto Martins.

Aprovada em: **19/12/2025**


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 DANIELA MARIA BARRETO MARTINS
Data: 22/12/2025 11:58:05-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. (a) Dr. (a) Daniela Maria Barreto
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Documento assinado digitalmente
 ROSANA SILVA MOORE WEDDERBURN
Data: 24/12/2025 08:08:25-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. (a) Dr. (a) Rosana Silva Moore Wedderburn
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Documento assinado digitalmente
 VICTORIA ANDRADE DOS SANTOS
Data: 24/12/2025 08:54:04-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. (a) M^a. Victoria Andrade dos Santos
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Dedico este trabalho às três mulheres da minha vida, minha mãe, minha avó e minha tia, que suportaram tempestades silenciosas apenas para me verem florescer em segurança.

E a todas as mães que conhecem a dor de ter um pedaço de si arrancado pelo Estado, mas que se recusaram a sucumbir.

AGRADECIMENTOS

Quero abrir estes agradecimentos reverenciando as três mulheres que me sustentaram antes mesmo que eu soubesse caminhar sozinha. Mulheres que, mesmo cansadas, ergueram caminhos onde não havia estrada e que, tantas vezes, dividiram o pouco para que eu pudesse acessar o muito que elas sonharam para mim. Agradeço à minha mãe, Cleidejane, que sempre acreditou que o estudo poderia ser minha porta aberta, mesmo quando a vida insistia em janelas fechadas, sempre incentivando meus voos. À minha vovó Marina, que carrega o nome mais lindo do mundo e um coração que consegue ser ainda maior que ele. E à minha tia Rosângela, que tantas vezes renunciou ao que era seu para me ver contemplada. Saibam que cada vitória minha é nossa, pois tudo que eu faço hoje é por nós, para honrar o suor e a realeza de vocês.

Agradeço ao meu irmão, Vinícius, que talvez não perceba, mas faz parte de cada vitória minha. Aos meus tios Danilo, Jacson e Jivaldo, e aos meus primos Devite, Júnior, Luiza e Sophia, obrigada por me darem tanto desde sempre. E a todos os meus familiares, obrigada pelo apoio constante.

Às minhas amigas Aliane Neves, Cristiana Brito, Isadora Reis, Isabele Ferreira, Luisa Casaes, Rafaela Azevedo, Suelén Belas e Tainá Gonçalves: vocês foram a minha luz em inúmeros momentos de escuridão. Vocês foram colo em dias de tempestade e clareza em horas de incerteza. Obrigada por me lembrarem, sempre, que há beleza mesmo quando o mundo pesa. Obrigada por terem me segurado, me mantido firme e por me mostrarem, em cada riso compartilhado, que mesmo com todos os empecilhos, a vida presta.

Ao meu amigo que virou irmão de vida, Bruno Cunha, por ter acreditado em mim e no meu potencial quando nem eu mesma acreditava e por ter me feito enxergar a minha própria capacidade tantas vezes; e à minha amiga-irmã, Lara Carolina, por ser tão solícita em muitos momentos.

À OrganizeJr., minha colmeia, onde fui também semente e construção, como membro fundadora. Ali aprendi, cresci e floresci junto a pessoas que se tornaram mais que colegas tornaram-se laços. Levo comigo cada aprendizado e cada memória, com gratidão eterna. Por onde eu for, serei sempre uma abelhinha.

Agradeço à minha orientadora, Daniela Martins, por caminhar ao meu lado com respeito, apoio e acolhimento. À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por ter me

dado garra para voar e conhecer o mundo, e à minha turma, pela jornada partilhada ao longo desses anos.

Por fim, ousou agradecer a mim mesma. Por ter contrariado a lógica de um sistema que não esperava a minha chegada. Como ensinam os Racionais: "é necessário sempre acreditar que o sonho é possível", e eu acreditei. Ocupei a universidade pública, um lugar historicamente negado a pessoas que vêm de onde eu venho, e fiz dele a minha casa. Nessa trajetória, entendi que antes de construir castelos, é preciso sobreviver às ruínas: tive que intimidar o mundo para o mundo não me intimidar.

*“Eles combinaram de nos matar, mas nós
combinamos de não morrer.”
(Conceição Evaristo)*

*“Sua luz divinal nunca se apagará
Está acesa em nossos corações [...] Só basta a
gente se manifestar. Que os bons ventos
calmos assim te levem pra onde você for.”
(Olodum – Madiba)*

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, as implicações da violência urbana na saúde mental de mães negras em Salvador, com foco no luto materno decorrente da perda violenta de filhos. A pesquisa, de caráter qualitativo e documental, fundamenta-se na Psicologia Social Crítica e na Psicologia da Libertação, articulando dados estatísticos veiculados em reportagens, artigos científicos e publicações oficiais, produções audiovisuais (*Ó Paí, Ó 2, Auto de Resistência e Luto Como Mãe*) e referências teóricas sobre racismo estrutural, necropolítica e saúde mental. Os resultados apontam que o luto materno negro não se restringe a uma experiência individual, mas configura-se como fenômeno coletivo e político, atravessado pela desumanização, pela negligência institucional e pela invisibilidade social. As análises revelam que o sofrimento psíquico dessas mulheres é intensificado pelo racismo estrutural, que impede o reconhecimento pleno de sua dor e dificulta o acesso a políticas públicas de cuidado e reparação. Em contrapartida, destacam-se as redes de apoio e os coletivos de mães, que transformam a dor em resistência e luta, constituindo espaços de acolhimento, solidariedade e denúncia. Conclui-se que a Psicologia, diante desse contexto, deve assumir um compromisso ético e político com práticas emancipatórias e antirracistas, contribuindo para a visibilidade do luto materno negro, ao legitimar o sofrimento ético-político dessas mulheres e fomentar estratégias de escuta que despatologizem sua dor, fortalecendo a construção de políticas de justiça social e cuidado coletivo

Palavras-chave: luto materno; mães negras; racismo estrutural; violência urbana; saúde mental.

ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes the implications of urban violence on the mental health of Black mothers in Salvador, focusing on maternal grief resulting from the violent loss of their children. The research, qualitative and documentary in nature, is grounded in Critical Social Psychology and Liberation Psychology, combining statistical data, audiovisual productions (*Ó Paí, Ó 2*, *Auto de Resistência*, and *Luto Como Mãe*), and theoretical references on structural racism, necropolitics, and mental health. The results show that Black maternal grief is not limited to an individual experience, but rather constitutes a collective and political phenomenon, marked by dehumanization, institutional neglect, and social invisibility. The analysis reveals that the psychological suffering of these women is intensified by structural racism, which denies the full recognition of their pain and hinders access to public policies of care and reparation. On the other hand, support networks and mothers' collectives emerge as powerful spaces of resistance, solidarity, and denunciation, transforming grief into struggle and resilience. It is concluded that Psychology, in this context, must assume an ethical and political commitment to emancipatory and anti-racist practices, contributing to the visibility of Black maternal grief and to the construction of social justice policies and collective care.

Keywords: maternal grief; Black mothers; structural racism; urban violence; mental health

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. METODOLOGIA	13
3. VIOLÊNCIA URBANA, RACISMO ESTRUTURAL E SUAS MANIFESTAÇÕES EM SALVADOR	16
3.1 A construção histórica do racismo no Brasil e seus desdobramentos urbanos	16
3.2 A cidade como território de exclusão: Salvador e a geografia da violência	18
3.3 Da Vida Nua à Morte Social: A Necropolítica e a Juventude Negra em Salvador Quem morre e quem sobrevive?.....	22
4. O LUTO MATERNO E A SAÚDE MENTAL DAS MÃES NEGRAS.....	27
4.1 Luto racializado: perdas violentas, sofrimento invisibilizado e o papel da psicologia.....	28
4.2 Resistência e redes de apoio: entre a luta política e o desafio do autocuidado	31
5. DA TELA PARA A VIDA: ANÁLISES AUDIOVISUAIS DO LUTO MATERNO NEGRO	33
5.1. Análise fílmica: a personagem Dona Joana – ficção e sofrimento psíquico no filme Ó Paí, Ó 2	36
5.2. Documentários como denúncia: mães negras entre o luto e a luta	38
5.3. Subjetividades em cena: o que as imagens mostram (e o que silenciam)	42
6. Considerações finais	44
REFERÊNCIAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

A violência urbana em centros urbanos brasileiros, especialmente em cidades como Salvador, representa um desafio profundo e multifacetado, cujas consequências não se limitam à perda material, mas reverberam nas relações sociais e na saúde mental dos indivíduos, principalmente entre as camadas mais vulneráveis da sociedade. Salvador, como grande metrópole, carrega uma marca histórica de desigualdades sociais e econômicas que se traduzem diretamente nas periferias, onde a violência, associada ao tráfico de drogas, às operações policiais e à pobreza extrema, se torna um elemento constante no cotidiano de seus habitantes.

Este cenário adquire maior complexidade quando se considera a realidade das mães negras. Conforme o Atlas da violência (IPEA & FBSP, 2025), a Bahia ainda figura entre os quatro estados do Brasil com maior número de homicídios. Embora tenha apresentado nesta última publicação uma discreta redução em relação aos anos anteriores, o estado da Bahia segue com um número muito acima da média nacional. De acordo com um estudo recente (FIOCRUZ, 2025), jovens negros, entre 15 e 19 anos, representam 73% das vítimas de violência e acidentes no Brasil. Além dos riscos da violência urbana, as mães negras enfrentam o peso do racismo estrutural, uma violência invisível, mas igualmente devastadora. Em Salvador, a maternidade negra é muitas vezes marcada pelo medo constante de perder um filho, temor que se materializa não apenas na possibilidade de morte em circunstâncias violentas, mas também na marginalização social que essas mães enfrentam em seus processos de luto.

A morte de um filho nesse contexto é uma manifestação direta das desigualdades estruturais e, para estas mães, encontra expressão dolorosa na interseção entre classe, raça e gênero. O sofrimento psíquico dessas mulheres não é apenas consequência da perda, mas também da exclusão e da invisibilidade social, podendo ser compreendido, à luz do conceito de morte social de Orlando Patterson (2008), como a exclusão sistemática de direitos e reconhecimento, e sob a ótica da necropolítica de Mbembe (2018), que denuncia como o Estado decide quem pode viver e quem deve morrer.

Nesse contexto, Salvador revela-se um cenário de contradições. Ao mesmo tempo em que é celebrada como a “Roma Negra” por sua potência cultural, a cidade impõe às mulheres negras uma rotina de sobressalto. O problema de pesquisa se delinea justamente nessa tensão: como elaborar o luto em um território onde a morte de jovens negros é naturalizada? A ausência de respostas institucionais e o silenciamento sistemático transformam o luto, que deveria ser um processo psíquico de elaboração,

em um trauma contínuo e suspensão da vida. Não se trata apenas da perda física, mas da interdição do direito de sofrer, o que impacta diretamente a subjetividade e a saúde mental dessas mães, exigindo da Psicologia um olhar que vá além da clínica tradicional.

Esta pesquisa nasce de uma implicação ética e vivencial. Como mulher negra, moradora da periferia de Salvador e estudante de Psicologia, escrevo a partir de um território onde o luto é paisagem cotidiana. Embora não tenha vivenciado a perda letal de um ente próximo em minha família nuclear, meu olhar foi atravessado pela experiência de estágio em um órgão de enfrentamento ao racismo institucional. Foi na escuta qualificada dessas dores que percebi as lacunas das teorias clássicas sobre o luto.

Durante o estágio, acompanhei atendimentos conduzidos por uma equipe multiprofissional que acolhia mulheres negras em busca de justiça e amparo psicológico. Uma situação específica marcou minha trajetória: uma avó que buscou apoio após a perda de seu neto. Diante daquela senhora, ficou evidente que o luto transcende o individual, configurando-se como um luto coletivo e racializado. A escuta dessa história revelou a dimensão política do sofrimento materno negro, mostrando que a dor não é apenas pessoal, mas resultado de estruturas que naturalizam a morte de jovens negros.

Adoto, portanto, a postura de reflexividade proposta por Deslandes, Gomes e Minayo (2007), reconhecendo que minha subjetividade não é um viés que "suja" a pesquisa, mas uma ferramenta crítica de aproximação com a realidade. Ao final do estágio, carreguei não apenas aprendizado técnico, mas um compromisso ético e político de continuar ouvindo e denunciando. Como futura profissional, compreendo que o cuidado, para ser efetivo, deve ser também um ato de resistência.

A partir dessa vivência e inquietação, este trabalho propõe uma análise das implicações do luto materno na saúde mental de mães negras em Salvador. A pesquisa apoia-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada na Psicologia Social Crítica e na Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 2017; Silvia Lane, 1999). Utiliza-se de dados oficiais, literatura crítica e produções audiovisuais — como o filme *Ó Paí, Ó 2* e documentários — além de depoimentos públicos em reportagem jornalística, para compreender como essas mulheres vivenciam o sofrimento e constroem redes de apoio.

Nessa perspectiva, os filmes funcionam como obras artísticas que permitem acessar subjetividades e as representações estéticas da dor, enquanto os documentários constituem dados secundários que dão visibilidade às experiências concretas. O estudo busca, assim, iluminar não apenas o sofrimento psíquico, mas também as estratégias de resistência e solidariedade que emergem desse luto,

oferecendo uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que perpetuam a violência urbana e a exclusão social.

Diante deste cenário, esta pesquisa norteia-se pela seguinte questão: Como a violência urbana e o racismo estrutural impactam o luto e a saúde mental de mães negras em Salvador?

Assim, o objetivo geral da presente pesquisa é: discutir como a violência urbana e o racismo estrutural impactam o luto materno e a saúde mental de mães negras em Salvador, a partir de materiais documentais e audiovisuais.

E os objetivos específicos são:

1. Compreender os impactos da violência urbana e a necropolítica no luto materno de mulheres negras.
2. Analisar os impactos do racismo estrutural e da exclusão social no sofrimento psíquico de mães negras enlutadas.
3. Analisar aspectos concernentes às desigualdades e vulnerabilidades de mães negras enlutadas presentes em matérias jornalísticas e estatísticas oficiais
4. Examinar as estratégias de enfrentamento e as redes de apoio entre mulheres negras enlutadas presentes em representações audiovisuais.

2. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter documental e analítico-interpretativo, ancorada nos referenciais da Psicologia Social Crítica e da Psicologia da Libertação. A estratégia metodológica central reside no método da triangulação. Segundo Abdalla et al. (2018), a triangulação não deve ser vista apenas como uma busca por validação convergente, mas como uma alternativa metodológica que busca aumentar a qualidade, a profundidade e a complexidade da pesquisa qualitativa, permitindo novas formas de compreensão de um problema.

Para esta investigação, a triangulação materializa-se em três eixos complementares, conforme a tipologia apresentada por Denzin (1978) e discutida por Abdalla et al. (2018):

- (1) Levantamento de Dados: Coleta de dados de diferentes fontes (ficção, documentário, jornalismo) para obter uma descrição mais rica dos fenômenos;
- (2) Exploração Teórica: Exploração de múltiplas perspectivas teóricas (estudos decoloniais, crítica racial, psicologia social) para interpretar o mesmo conjunto de dados;

(3) Dimensão Metodológica: Combinação de procedimentos de análise documental com a análise interpretativo-compreensiva.

Constituição do corpus da pesquisa

A constituição do corpus da pesquisa seguiu critérios de intencionalidade, pertinência temática e acessibilidade. Os passos metodológicos para a seleção e tratamento dos materiais foram:

a) Seleção e Tratamento das Produções Audiovisuais: A busca foi realizada nas plataformas de streaming e repositórios de vídeo (YouTube, Globoplay e Amazon Prime), utilizando descritores como "mães vítimas de violência de Estado", "genocídio negro" e "luto materno". Foram selecionadas três obras centrais: o filme *Ó Paí, Ó 2* (2023) e os documentários *Auto da Resistência* (2018) e *Luto como Mãe* (2010).

É fundamental distinguir a natureza desses materiais. Os filmes foram tratados como produções artísticas, capazes de oferecer uma elaboração ficcional das dores e resistências; neles, buscou-se identificar elementos estéticos e narrativos que, ainda que ficcionais e não retratos literais da realidade, revelam estruturas afetivas e imaginárias sobre o luto. Por outro lado, os documentários foram analisados como dados secundários, pois apresentam relatos reais inspirados em situações concretas, permitindo observar padrões de experiência e estratégias de enfrentamento ao racismo estrutural.

- **Crítérios de Inclusão/Exclusão (Filme):** No filme *Ó Paí, Ó 2*, aplicou-se a exclusão de tramas cômicas paralelas, selecionando-se apenas as cenas da personagem Dona Joana que retratam sua vivência de luto e ressignificação da perda.
- **Crítérios de Inclusão/Exclusão (Documentários):** Priorizaram-se os depoimentos subjetivos das mães, excluindo-se trechos estritamente técnicos ou periciais.

b) Levantamento Bibliográfico e Documental: Para a fundamentação teórica e contextualização social, foram realizadas buscas em três frentes:

- **Bases Acadêmicas:** Google Acadêmico, SciELO, PePSIC e Portal da CAPES, utilizando descritores como "racismo estrutural", "genocídio da juventude negra", "subjetividade política" e "luto materno". Priorizou-se a literatura da Psicologia Social Crítica e Sociologia que dialogassem com a temática.
- **Mídia e Imprensa:** Levantamento de matérias em jornais de circulação nacional e local (Bahia), além de sites de movimentos sociais, para contextualizar os casos de violência policial em Salvador e a repercussão pública das lutas maternas.

- **Dados oficiais:** Esta pesquisa documental consistiu na identificação, seleção e análise de documentos institucionais públicos disponibilizados por órgãos oficiais de produção de estatísticas de violência no Brasil. Foram consultados relatórios técnicos, boletins epidemiológicos, sistemas de informação e bases estatísticas de acesso público, tais o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Procedimentos de Análise: A Perspectiva Interpretativo-Compreensiva

O tratamento dos dados orientou-se pela abordagem qualitativa consagrada por Minayo (2014), compreendendo a análise não como verificação de verdades, mas como desvelamento de sentidos imbricados nas falas e documentos. Essa postura articula-se à análise reflexiva de Bourdieu (1998), permitindo entender as narrativas não apenas como relatos individuais, mas como trajetórias atravessadas por hierarquias de poder e violência.

Para a operacionalização técnica, adotou-se a análise interpretativo-compreensiva, seguindo a sistematização de Souza (2014). O processo foi organizado em três tempos:

- **Tempo I (Pré-análise e Leitura Cruzada):** Imersão no material e leitura cruzada para identificar como a dor da personagem ficcional (Dona Joana) dialoga e converge com os depoimentos reais dos documentários e as notícias de jornais.
- **Tempo II (Leitura Temática - Unidades de Análise):** Construção de unidades de análise temática a partir das regularidades identificadas, agrupando os sentidos nos seguintes eixos de significação: a análise inicia-se pela dimensão da dor da perda e o sofrimento psíquico, aprofundando-se na denúncia da necropolítica e violência institucional; em seguida, examina-se a transformação dessa dor na politização do luto e o papel fundamental das redes de apoio e cuidado coletivo; por fim, discute-se a tensão entre o visível e o invisível, abordando as representações e os silenciamentos presentes nas narrativas audiovisuais.
- **Tempo III (Leitura Interpretativo-Compreensiva):** Diálogo entre as unidades temáticas e o referencial teórico (pela triangulação), interpretando como o luto individual se transforma em luta coletiva frente às estruturas sociais.

Por fim, os resultados desta investigação serão apresentados em capítulos analíticos que expressam a integração entre os referenciais teóricos adotados, os dados documentais e as análises fílmicas realizadas. Tal organização busca evidenciar, de

forma articulada, como os conceitos mobilizados ao longo do estudo dialogam com os materiais empíricos, permitindo a construção de uma interpretação crítica, situada e coerente com a proposta da pesquisa. Essa opção metodológica reafirma o compromisso com uma leitura que não fragmenta teoria e realidade, mas as compreende como dimensões indissociáveis na produção do conhecimento.

3. VIOLÊNCIA URBANA, RACISMO ESTRUTURAL E SUAS MANIFESTAÇÕES EM SALVADOR

3.1 A construção histórica do racismo no Brasil e seus desdobramentos urbanos

A construção das cidades brasileiras está intrinsecamente ligada à lógica colonial-escravocrata que moldou o país desde sua origem. Salvador, capital baiana e primeira capital do Brasil, é um dos exemplos mais emblemáticos dessa herança, marcada pela exploração da mão de obra negra escravizada e pela posterior exclusão dessa população dos processos de cidadania e acesso a direitos fundamentais. Como destaca Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural é um mecanismo que atua não como falha ou desvio das instituições, mas como seu modo de funcionamento. Ele atravessa os sistemas político, jurídico, econômico e cultural, perpetuando a desigualdade racial como parte constitutiva do tecido social. É sobre essa base que Parise e Scandiucci (2022) alertam para naturalização desse processo:

Todo dia a gente aprende a ser racista, pois o racismo é estrutural, é um pilar da nossa sociedade, é um fundamento sobre o qual ela se estrutura. E como se molda a sociedade brasileira? O Brasil foi estruturado a partir de um projeto colonial racista.” (Parise e Scandiucci, 2022, p. 3).

Esse “aprendizado” diário mencionado pelos autores não ocorre apenas nos discursos, mas se materializa na paisagem urbana. É na geografia da cidade que o projeto colonial se atualiza. Ao naturalizarmos que determinados corpos ocupam zonas de precariedade enquanto outros desfrutam da infraestrutura, estamos, na prática, reiterando a lição de desigualdade que fundou a nação. O racismo, portanto, deixa de ser apenas uma ideologia para se tornar concreto na organização do espaço.

Nesse sentido, Magali Almeida (2014) aprofunda a crítica ao definir esse processo como uma desumanização programada, onde o genocídio da população negra opera como um princípio tácito de manutenção das hierarquias de poder e do próprio capitalismo.

Essa lógica de exclusão, construída historicamente, permanece viva nas dinâmicas de poder e nas formas de ocupação urbana. No Brasil, a abolição formal da escravidão, em 1888, não foi acompanhada de políticas efetivas de inclusão ou

reparação. Ao contrário, os ex-escravizados e seus descendentes foram deixados à própria sorte, empurrados para a marginalidade e privados de condições mínimas de subsistência e dignidade. A “democracia racial”, conceito criticado por Lélia Gonzalez (1984), tornou-se um mito conveniente para apagar as marcas da escravidão e disfarçar a permanência das hierarquias raciais. Como definido por Gonzalez:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (Gonzalez, 1984, p. 224)

A autora chama atenção para o “racismo à brasileira”, que opera de forma dissimulada, negando a existência do preconceito enquanto perpetua a inferiorização dos negros por meio de discursos e práticas institucionalizadas.

Essa negação da desigualdade racial reflete-se diretamente na estrutura das cidades. Em Salvador, a distribuição geográfica da população revela um padrão de segregação que evidencia o racismo como princípio organizador do espaço urbano. Áreas nobres e centrais concentram infraestrutura, mobilidade, segurança e acesso a serviços públicos de qualidade, enquanto os bairros periféricos – onde predomina a população negra – enfrentam abandono, precarização e violência cotidiana. Raquel Rolnik (2015) denomina esse processo como “segregação socioespacial”, ressaltando que o planejamento urbano, longe de ser neutro, serve aos interesses da elite e aprofunda as desigualdades históricas.

Beatriz Nascimento (1995), ao explorar a relação entre o território e o corpo negro, aponta que o espaço urbano atua como um campo de disputa e dominação. O corpo negro, ao transitar por determinados espaços, é automaticamente vigiado, suspeito e controlado. Essa territorialização racializada impõe limites à circulação e ao pertencimento da população negra, que é frequentemente associada ao perigo e à criminalidade. O que está em jogo, portanto, não é apenas a exclusão material, mas a negação da cidadania e da humanidade desses sujeitos.

Nesse mesmo sentido, Abdias Nascimento (1978) já denunciava que a exclusão da população negra do projeto de nação brasileira é resultado de uma política deliberada de embranquecimento e apagamento cultural. Para ele, o racismo brasileiro não se limita ao preconceito racial, mas se expressa como genocídio cultural e físico, sustentado por instituições que perpetuam a violência contra a negritude. A moradia precária, o acesso desigual à saúde e à educação, e o encarceramento em massa não são fenômenos desconectados, mas peças de um sistema que visa a manutenção da hegemonia branca.

Essa perspectiva é reforçada por Achille Mbembe (2018), que introduz o conceito de necropolítica para descrever como o Estado moderno exerce o poder de matar ou deixar morrer, priorizando determinadas vidas em detrimento de outras. No contexto brasileiro, esse poder se manifesta por meio de políticas de segurança pública que operam com base em uma lógica seletiva e racializada, direcionando a violência do Estado para os corpos negros e periféricos. A ausência de investimentos públicos em determinadas áreas da cidade e a presença ostensiva da força policial nesses mesmos territórios evidenciam uma política de morte, onde a existência negra é constantemente colocada em risco.

O Instituto Geledés (2023) corrobora essa análise ao denunciar que a violência urbana não pode ser compreendida apenas como problema de segurança, mas como resultado direto de uma política de Estado que estrutura a cidade para excluir e eliminar. As políticas públicas, quando existentes, são frequentemente paliativas ou ineficazes, não enfrentando as causas profundas da desigualdade. O resultado é a permanência de um ciclo de vulnerabilidade social, marcado por altos índices de mortalidade juvenil, encarceramento em massa e adoecimento mental, especialmente entre as mulheres negras, que sofrem de forma intensa com a perda de filhos e familiares.

Essas violências não são aleatórias, mas direcionadas. A criminalização da pobreza e da juventude negra está no cerne da lógica urbana brasileira. A cidade, como espaço socialmente produzido, funciona como dispositivo de controle, em que o acesso ao território equivale à possibilidade de viver com dignidade ou não. Como destaca Gonzalez (1984), o racismo opera como filtro de cidadania, determinando quem é reconhecido como sujeito de direitos e quem é descartável no projeto de nação.

Portanto, compreender a configuração urbana de Salvador sob a ótica do racismo estrutural é fundamental para desvelar as engrenagens que produzem e reproduzem a violência. Mais do que apontar carências, é necessário identificar as escolhas políticas que mantêm a desigualdade racial como pilar da organização social e urbana. Enfrentar a violência urbana, nesse sentido, exige mais do que estratégias de policiamento ou aumento da repressão: requer um reposicionamento radical da política pública, que parta da reparação histórica, da justiça racial e da construção efetiva do direito à cidade para todas e todos.

3.2 A cidade como território de exclusão: Salvador e a geografia da violência

Salvador, capital da Bahia e cidade com a maior população negra fora do continente africano, constitui um espaço emblemático para a análise das relações entre racismo estrutural, violência urbana e desigualdade socioespacial. Apesar de sua riqueza cultural

e ancestral, a capital baiana é também um território extremamente marcado pela desigualdade racial e por uma lógica de exclusão que atravessa seu tecido urbano. Dados do IBGE (2022) indicam que cerca de 82% da população soteropolitana se autodeclara negra (pretos e pardos), mas essa maioria populacional não se traduz em acesso equitativo a direitos, infraestrutura ou segurança. Ao contrário, são os corpos negros, sobretudo os jovens moradores das periferias, que mais frequentemente experimentam as múltiplas formas de violência do Estado e da sociedade.

Segundo o Atlas da Violência (2025), Salvador figura entre as capitais brasileiras com os maiores índices de homicídios, sendo a juventude negra a principal vítima. Regiões como Sussuarana, Nordeste de Amaralina, Valéria, Fazenda Coutos e Subúrbio Ferroviário concentram as maiores taxas de letalidade, revelando o que se pode chamar de uma “geografia da violência” – um mapa urbano onde a morte tem endereço certo e cor definida. Essa geografia é, ao mesmo tempo, resultado e reprodução de políticas públicas seletivas, que historicamente abandonam determinadas áreas da cidade, privando-as de saneamento básico, educação de qualidade, lazer, transporte eficiente e segurança cidadã. A ausência do Estado em sua face protetiva contrasta com sua presença em forma de repressão e controle.

O sociólogo francês Loïc Wacquant (2007), ao analisar a marginalização urbana nas metrópoles contemporâneas, descreve um processo em que os bairros pobres são transformados em zonas de exclusão social e econômica. Ele identifica quatro dimensões que se articulam nesse fenômeno: o desemprego estrutural, a deterioração das condições habitacionais, a estigmatização territorial e a intensificação do controle penal. Em Salvador, essas dimensões são facilmente reconhecíveis. Os bairros periféricos, habitados majoritariamente por pessoas negras, são constantemente representados como espaços do “perigo”, do “crime” e da “desordem”, o que justifica, para o senso comum e para o aparato estatal, a militarização desses territórios e a violação sistemática de direitos.

Essa segregação não ocorre apenas em zonas distantes, mas também na vizinhança imediata entre a riqueza e a pobreza. Freire (2006) ilustra essa dinâmica ao analisar as comunidades “Paraíso Azul” e “Recanto Feliz”, em Salvador. A autora destaca a cruel ironia de nomes que evocam felicidade e paz em territórios marcados pela precariedade e violência, situados ao lado de bairros nobres como o Costa Azul. Freire (2006) observa que, para esses moradores, a identidade é frequentemente construída de forma negativa, “pelo olhar do outro”, do vizinho rico que aceita sua força de trabalho doméstica, mas rejeita sua vizinhança. Essa dinâmica reforça o estigma de “favelado” que, posteriormente, legitimará a ação policial violenta nesses territórios.

Essa lógica de segurança se sustenta em uma política de repressão que opera segundo critérios racializados. Michel Foucault (1979), ao desenvolver o conceito de biopolítica, aponta como os Estados modernos passaram a exercer poder não apenas por meio da força direta, mas através da gestão da vida – e, conseqüentemente, da morte – das populações. A biopolítica implica o controle dos corpos, a regulação da sexualidade, da saúde, da reprodução e do comportamento. No contexto brasileiro, no entanto, essa gestão se converte, como complementa Achille Mbembe (2018), em necropolítica: o poder de decidir quem pode viver e quem será deixado morrer. Salvador, nesse sentido, opera como espaço necropolítico, em que a juventude negra periférica é constantemente exposta à morte, seja pela ação direta do Estado (em operações policiais letais), seja pela negligência sistemática em garantir condições dignas de existência.

Juliana Borges (2019), em sua análise sobre o encarceramento em massa, evidencia como o sistema penal brasileiro se insere nesse mesmo ciclo de controle e violência. Para a autora, a prisão não é um espaço neutro ou voltado à ressocialização, mas sim um mecanismo de reprodução do racismo estrutural. O perfil das pessoas encarceradas revela isso de maneira contundente: jovens, negros, pobres e com baixa escolaridade. O sistema penal, portanto, atua como uma extensão da política de morte implementada nas periferias, funcionando como um dispositivo de eliminação social e física da população negra. Em Salvador, essa realidade é agravada por uma política de segurança pública que associa diretamente negritude e criminalidade, legitima práticas policiais violentas e negligencia os direitos fundamentais dessa parcela da população.

A atuação do Estado, longe de ser neutra, reforça a estrutura de exclusão. A polícia militar, principal agente da segurança pública nos bairros periféricos, age frequentemente de forma autoritária e letal. Casos de violência policial, invasões domiciliares sem mandado, execuções sumárias e desaparecimentos forçados são comuns em comunidades negras e pobres. Esse padrão de atuação não ocorre por acaso. Ele é alimentado por uma cultura institucional que naturaliza a violência contra os corpos negros, desumaniza as vítimas e isenta os agressores de responsabilidade. O Estado, nesse contexto, aparece não como promotor de segurança, mas como agente de guerra contra a sua própria população.

Sueli Carneiro (2003) denuncia essa realidade ao destacar que o racismo não apenas exclui, mas também hierarquiza vidas. Para a autora, a seletividade das políticas públicas, a letalidade da polícia e o encarceramento em massa são expressões de um projeto político que define quais vidas têm valor e quais são descartáveis. A geografia da violência em Salvador, portanto, não pode ser dissociada da geografia da exclusão racial.

Trata-se de um mesmo território, estruturado para excluir, oprimir e, em última instância, exterminar.

O resultado disso é a naturalização da morte de jovens negros nas periferias, a banalização da violência policial e o silenciamento das vozes que denunciam essa realidade. A cidade se estrutura, assim, como território de exclusão: não apenas pela ausência de recursos e direitos, mas pela presença constante de práticas que produzem sofrimento, medo e morte. Para além das estatísticas, há vidas interrompidas, famílias devastadas e comunidades traumatizadas.

Portanto, compreender a geografia da violência em Salvador exige uma leitura crítica da cidade como espaço racializado, construído a partir de uma lógica colonial e atualizado por meio de políticas públicas excludentes. Enfrentar essa realidade requer mais do que ações pontuais ou programas emergenciais. É necessário um redesenho estrutural das políticas urbanas, de segurança e de justiça, que parta do reconhecimento do racismo como eixo central da produção da desigualdade e da violência nas cidades brasileiras.

É necessário um redesenho estrutural das políticas urbanas, de segurança e de justiça, que parta do reconhecimento do racismo como eixo central da produção da desigualdade e da violência nas cidades brasileiras.

Diversos estudos e iniciativas têm aprofundado o entendimento sobre essa realidade, especialmente em Salvador. A Rede de Observatórios da Segurança disponibiliza dados e análises atualizadas sobre a violência no estado da Bahia, revelando a persistência da letalidade policial e das desigualdades territoriais na capital baiana (Rede de Observatórios da Segurança, 2024). Além disso, a organização Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas tem produzido importantes publicações que articulam segurança pública, racialidade e resistência negra, contribuindo para o debate sobre políticas antirracistas e reparatórias (Iniciativa Negra, 2024).

Merece destaque também a pesquisa *“Mesmo que me negue sou parte de você: racialidade, territorialidade e (r)existência em Salvador”*, desenvolvida pela mesma instituição, que analisa as formas de existência, resistência e construção de identidade negra em meio à segregação urbana e ao racismo ambiental na cidade (Iniciativa Negra, 2024). Essas produções fortalecem a leitura crítica da cidade como território racializado e apontam caminhos possíveis para uma política urbana antirracista.

O estudo revela, por meio do cruzamento de dados oficiais e monitoramento de mídia, uma nítida distinção entre os territórios criminalizados e os territórios protegidos em Salvador. A pesquisa aponta que bairros majoritariamente negros, como São

Cristóvão, Mata Escura e Sussuarana, figuram no topo das notícias sobre violência e operações policiais. Em contrapartida, áreas nobres e majoritariamente brancas, como a Pituba, embora apresentem altos índices de registros de uso e porte de entorpecentes, não registram mortes violentas decorrentes de intervenção policial e não sofrem com a estigmatização midiática. Isso evidencia que a “guerra às drogas” não é um combate a substâncias ilícitas, mas um mecanismo de controle e extermínio de corpos negros em territórios específicos.

Além da violência direta, a Iniciativa Negra (2021) denuncia a violência pela ausência. O levantamento demonstra que as regiões mais noticiadas como violentas são justamente aquelas que sofrem com a baixa cobertura de equipamentos públicos de cultura, saúde e lazer, que se concentram nas áreas centrais e orlas da cidade. Essa distribuição desigual confirma que o Estado se faz presente na periferia prioritariamente por meio do braço armado, enquanto nega direitos fundamentais que poderiam promover cidadania e proteção social.

Por fim, o relatório destaca a importância das narrativas de (r)existência. Diante da sensação de insegurança gerada pela própria polícia apontada pelos moradores como fonte de medo e não de proteção, as comunidades desenvolvem redes de solidariedade e apoio mútuo. São esses movimentos locais que, preenchendo as lacunas deixadas pelo Estado, disputam o sentido de vida e liberdade, construindo contranarrativas que desafiam a criminalização imposta pela mídia hegemônica e pela política de segurança pública vigente.

3.3 Da Vida Nua à Morte Social: A Necropolítica e a Juventude Negra em Salvador **Quem morre e quem sobrevive?**

A violência urbana em Salvador não é distribuída de forma aleatória ou acidental pelo tecido urbano. Ao contrário, ela segue um padrão sistemático de seletividade racial e territorial que atinge de maneira desproporcional a juventude negra periférica. Para compreender a profundidade desse fenômeno, não basta analisar estatísticas de homicídios como meras falhas da segurança pública ou "efeitos colaterais" do combate ao crime. É necessário recorrer a categorias teóricas que deem conta da produção deliberada da morte e da gestão política das populações consideradas supérfluas.

Nesse sentido, o conceito de necropolítica, proposto pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), apresenta-se como uma ferramenta teórica fundamental. Para Mbembe, nas sociedades contemporâneas e especialmente nas pós-coloniais como o Brasil a soberania do Estado não reside apenas na capacidade de impor a lei ou gerir a

vida (biopolítica), mas fundamentalmente no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. A necropolítica é a administração calculada da exposição de certas populações ao perigo mortal. O autor ao definir os limites dessa soberania:

A expressão suprema da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. [...] A soberania é o direito de matar. (MBEMBE, 2018, p. 5).

Isso significa que, no Brasil, o governo não apenas gerencia a vida das pessoas (hospitais, escolas), mas também administra a morte. E essa "política da morte" tem como alvo principal o jovem negro.

No Brasil, essa "política da morte" se materializa no genocídio da juventude negra. Contudo, antes do disparo da arma de fogo, opera-se sobre esses corpos um processo jurídico-político que Giorgio Agamben (2007) define como a produção da vida nua. Em sua obra *Homo Sacer*, o autor explica que a vida nua é aquela que foi incluída na ordem jurídica apenas através da sua exclusão (o estado de exceção). É a vida que pode ser eliminada sem que isso constitua um crime (homicídio) e sem que sua morte tenha valor sacrificial (religioso).

A vida nua [é] a vida matável e insacrificável [...] O soberano é a esfera em que se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e a vida sacra – isto é, a vida que foi capturada nessa esfera – é a vida que foi exposta a essa morte. (Agamben, 2007, p. 91).

Parece complicado, mas a "vida nua" é aquela vida que não tem valor para a justiça. É a pessoa que pode ser morta pela polícia sem que isso seja considerado um crime grave, e sem que a sociedade faça luto por ela.

No contexto soteropolitano, o jovem negro periférico é a encarnação contemporânea da vida nua. Ele é transformado em um sujeito "matável" pelo Estado. Quando operações policiais resultam em mortes, a ausência de responsabilização jurídica e a apatia social confirmam que aquelas vidas estavam, de fato, "expostas a essa morte" descrita por Agamben. O assassinato é burocratizado sob a insígnia do "Auto de Resistência", transformando a execução sumária em um procedimento administrativo legítimo.

Isso nos leva ao conceito de morte social, desenvolvido pelo sociólogo Orlando Patterson (2008). A morte social acontece antes da morte física. É quando a pessoa é tratada como se não pertencesse à sociedade humana. É fundamental distinguir este conceito da ideia de morte simbólica. Enquanto a morte simbólica pode sugerir a perda de um status previamente detido, a morte social refere-se a uma condição estrutural e originária de alienação. Patterson argumenta que o sujeito escravizado (e seu

descendente contemporâneo na diáspora) é um ser "excomungado" da ordem social, alguém que não é reconhecido como membro da comunidade política e moral.

Em Salvador, o jovem negro vive essa morte social diariamente, eles são socialmente mortos pela falta de acesso a direitos básicos: quando a escola o expulsa, quando ele não tem lazer, quando é olhado com desconfiança pelo seu estigma de "suspeito padrão" apenas por seu cabelo ou endereço. A bala que mata seu corpo é só o ponto final de uma morte que a sociedade já tinha decretado ao lhe negar humanidade. A morte física, quando ocorre, é a mera consumação de uma morte social que já estava em curso.

Salvador, capital do estado mais negro do país, expressa com nitidez essa lógica necropolítica articulada à morte social. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado em 2025, a cidade retomou o posto de capital mais violenta do país, apresentando uma taxa de 52 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes, índice muito superior à média nacional. Esse cenário é agravado pela atuação do Estado: a Bahia mantém-se com a polícia mais letal do Brasil, sendo que 42% dos tiroteios registrados na capital e região metropolitana no primeiro semestre de 2025 ocorreram durante ações policiais. Os dados do Instituto Fogo Cruzado atestam o alvo preferencial dessa política de morte: no mesmo período, foram identificadas 370 vítimas negras de violência armada, em contraste com apenas 17 brancas, evidenciando que a insegurança pública não é difusa, mas sim racialmente direcionada apontando a Bahia como o estado com o maior número absoluto de mortes violentas intencionais no país, mantendo a juventude negra como alvo preferencial.

Trata-se de uma população marcada não apenas pela exclusão socioeconômica, mas por uma constante exposição à violência armada tanto de grupos criminosos quanto do próprio Estado. As operações policiais em bairros como Nordeste de Amaralina, Engomadeira, Valéria e Cosme de Farias frequentemente terminam com mortos, e raramente há responsabilização institucional pelos excessos cometidos. Jovens negros são vistos não como sujeitos de direitos, mas como ameaças a serem neutralizadas. A necropolítica, nesse cenário, se efetiva através da criminalização da existência negra. Essa dinâmica de "ameaça" é percebida nitidamente por quem está na mira do fuzil. Em pesquisa realizada com jovens negros de bairros populares de Salvador, Alves (2017) identificou o que denomina de "vulnerabilidade racial juvenil". O autor revela que, para esses jovens, a polícia não é representada como uma força de proteção, mas como um "perigo absoluto", sendo frequentemente descrita como "monstros" ou "opressores. Essa percepção corrobora a tese de que, no cotidiano soteropolitano, a abordagem policial obedece à lógica do controle racial e territorial, e não à da segurança cidadã.

Ana Flauzina (2014) nos ajuda a ver como a TV e os jornais são peças fundamentais nessa engrenagem. Eles raramente mostram o jovem morto como um filho, um estudante ou um trabalhador. Ele vira apenas um "suspeito", um "elemento" ou, na gíria policial, um "CPF cancelado". Ao tirar o nome e a história desse jovem, a mídia ajuda a sociedade a não sentir pena, a não criar empatia.

Em Salvador, essa dinâmica é ainda mais cruel nos programas policiais sensacionalistas da hora do almoço. Diariamente, enquanto as famílias almoçam, a televisão exibe corpos negros no chão e mães negras chorando em frente às delegacias ou ao Instituto Médico Legal (IML). Existe uma espetacularização da dor: o sofrimento dessas famílias é transformado em entretenimento e audiência. É impossível não notar o contraste racial perverso que sustenta esses programas. Na maioria das vezes, são apresentadores brancos, que, do ar-condicionado do estúdio, julgam e condenam sumariamente os jovens da periferia. Eles lucram e constroem carreiras milionárias em cima do nosso sofrimento. Enquanto a mãe negra chora a perda real, a câmera dá um "zoom" em seu rosto não para acolher, mas para vender aquela emoção aos anunciantes.

Essa mídia opera como um tribunal racista. Antes mesmo de qualquer investigação, o apresentador já decretou que aquele corpo no chão "escolheu o caminho errado". Isso cria na sociedade a ideia de que a polícia "fez uma limpeza", e não um assassinato. Assim, a dor da nossa comunidade vira produto de consumo, e a violência do Estado é aplaudida como se fosse justiça. Flauzina (2014) ressalta que a invisibilização da dor negra é parte essencial da estrutura racista, pois impede a construção de empatia e naturaliza a barbárie. Em vez de serem vistas como tragédias, as mortes de jovens negros são tratadas como estatísticas ou "baixas necessárias" em uma suposta guerra contra o crime, Flauzina (2014).

No entanto, a necropolítica não se encerra no momento da morte do corpo físico. Ela se estende às famílias que precisam lidar com o luto e a ausência em um contexto de desamparo e institucionalização do racismo. As mães desses jovens carregam a dor do assassinato de seus filhos somada ao desprezo com que são tratadas pelas instituições públicas. Simone Santana (2020), ao analisar o impacto da violência de Estado sobre mulheres negras, evidencia 300. A ausência de investigação rigorosa, a revitimização nos órgãos de segurança e a patologização do luto são mecanismos que agravam ainda mais o sofrimento psíquico dessas mães.

Cida Bento (2002) reforça essa perspectiva ao destacar que a estrutura institucional brasileira foi moldada para ignorar as experiências das pessoas negras, conceito que ela aborda através do "pacto da branquitude". Para ela, o racismo

institucional não se manifesta apenas nas práticas explícitas de discriminação, mas principalmente na omissão, na negligência e na ausência de mecanismos reparadores. As mães negras, ao buscarem justiça, enfrentam uma burocracia que questiona sua legitimidade, desqualifica sua dor e silencia suas vozes. A morte de seus filhos não é apenas biológica, mas política e social. São mortes anunciadas, precedidas por um histórico de violações que incluem escolas sucateadas, falta de oportunidades, racismo cotidiano e abandono estatal.

Djamila Ribeiro (2017) aponta que a dor das mães negras é atravessada por um sofrimento coletivo e político que raramente é reconhecido. Segundo ela, essas mulheres enfrentam não apenas a perda de seus filhos, mas a negação do próprio direito ao luto. Em uma sociedade que historicamente desumaniza os corpos negros, o sofrimento dessas mães é visto como natural, esperado e, por isso, desprovido de valor social. A ausência de políticas públicas de apoio psicológico, de reparação e de responsabilização institucional revela o quanto o Estado contribui ativamente para a perpetuação do ciclo de violência. O que se observa, portanto, é uma violência que não mata apenas fisicamente, mas adocece mental e emocionalmente aqueles que sobrevivem.

A necropolítica, nesse contexto, deve ser compreendida como uma política de morte que ultrapassa o campo da segurança pública. Ela está presente nas escolas que não acolhem, nos hospitais que negam atendimento, no sistema de justiça que silencia, e nos meios de comunicação que culpabilizam as vítimas. É um sistema de múltiplas camadas, que não apenas mata, mas impede que se viva plenamente. A juventude negra, ao ser negada em seus direitos básicos desde o nascimento (morte social), é submetida a uma morte em vida, marcada pela falta de perspectiva, pela estigmatização e pelo medo constante.

Nesse cenário, o papel das mães negras, muitas vezes invisibilizado, assume caráter central. Elas não são apenas vítimas do luto, mas também agentes de resistência. Ao exigirem justiça, denunciar a violência e organizar redes de apoio, essas mulheres desafiam a lógica necropolítica e reconstróem, coletivamente, o sentido de humanidade que lhes foi negado. Como ressalta Djamila Ribeiro, essas mães criam espaços de memória, dignidade e luta política, afirmando que suas vidas e as vidas de seus filhos importam.

Assim, compreender a violência em Salvador através das lentes de Mbembe, Agamben e Patterson é reconhecer que a morte da juventude negra não é um desvio do sistema, mas parte integrante de um projeto racial de controle, exclusão e eliminação. É necessário, portanto, não apenas denunciar essa lógica, mas enfrentá-la de forma estruturante. Isso passa pelo reconhecimento do racismo como pilar da política de

segurança pública, pela valorização das narrativas das mães negras, pelo investimento em políticas de reparação e pela transformação radical das instituições do Estado que, hoje, operam a gestão da morte.

4. O LUTO MATERNO E A SAÚDE MENTAL DAS MÃES NEGRAS

Para compreender a complexidade desse luto, recorreremos a um arcabouço teórico de autoras negras que, embora convirjam na denúncia do racismo, partem de epistemologias distintas. Dialogamos com a psicanálise de Isildinha Nogueira (1998) e Neusa Santos Souza (1983), que nos auxiliam a entender os processos de subjetivação e o trauma psíquico do racismo; com o pensamento social e político de Lélia Gonzalez e bell hooks, que situam a mulher negra na estrutura de poder (amefricanidade e interseccionalidade); e com a Psicologia Social Crítica, que costura esses saberes para analisar como a estrutura social se torna sofrimento mental.

A maternidade negra no Brasil é atravessada por desigualdades históricas e sociais que tornam essa experiência frequentemente solitária e marcada por múltiplas formas de opressão. O abandono paterno, o racismo obstétrico, a dificuldade de acesso a serviços de saúde de qualidade e a sobrecarga de responsabilidades domésticas e financeiras fazem com que muitas mulheres assumam sozinhas a criação e a sobrevivência dos filhos, sem apoio institucional ou familiar. A pesquisadora Ana Claudia Lemos Pacheco (2013) define como a "solidão da mulher negra" um tipo de solidão que é resultado direto de uma sociedade que, historicamente, utilizou a força de trabalho da mulher negra (como ama de leite, empregada doméstica, base da pirâmide produtiva), mas lhe negou o direito ao cuidado e ao afeto. O Estado brasileiro, ao negligenciar políticas públicas específicas para essa população, perpetua essa solidão. Como alerta Esther Dweck, ignorar que a centralidade da mulher negra na economia e na sociedade é uma escolha política de manutenção da desigualdade.

Quando a violência policial entra nessa equação, a solidão se agrava. A mãe negra, muitas vezes chefe de família e provedora única, vê-se diante de um Estado que não apenas a abandonou, mas que agora lhe arranca o filho. A dor da perda é vivida, muitas vezes, em um isolamento atroz, pois a sociedade naturalizou a morte de jovens negros como algo "esperado" ou "inevitável" nas periferias.

Segundo a revisão de literatura realizada por Mizael, Barrozo e Hunziker (2021), essa solidão é agravada pelo racismo, que coloca a mulher negra em uma posição de preterimento social contínuo. A sociedade espera que ela seja a "base" da pirâmide, aquela que cuida de todos, mas a quem é negado o direito ao cuidado. Quando a

violência policial entra nessa equação, a solidão se agrava drasticamente. A mãe negra, muitas vezes chefe de família e provedora única, vê-se diante de um Estado que não apenas a abandonou historicamente, mas que agora lhe arranca o filho.

Essa dinâmica configura o que Nascimento e Figueiredo (2025), em estudo recente publicado na *Revista Caribeña de Ciências Sociais*, denominam de "racismo materno". As autoras argumentam que as mulheres negras sofrem violências específicas justamente por serem mães de corpos que o Estado considera descartáveis. O sofrimento psíquico decorrente não é apenas "tristeza"; é o resultado de uma exposição contínua a estressores traumáticos, onde a maternidade é vivida sob o signo do medo constante da perda.

Estudos apontam que essas mães apresentam altos índices de depressão, ansiedade, hipertensão e transtorno de estresse pós-traumático (Nascimento & Figueiredo, 2025). O "ser forte", muitas vezes elogiado como resiliência, é, na verdade, um sintoma de exaustão de quem não tem outra escolha a não ser continuar de pé. Dialogando com essa perspectiva, Guimarães e França (2024) definem esse fenômeno como uma "lesão ao direito de ser mãe", onde a ação letal do Estado atua deliberadamente "do abrir fogo ao cessar maternidade", impedindo a continuidade e o exercício pleno desse papel.

4.1 Luto racializado: perdas violentas, sofrimento invisibilizado e o papel da psicologia

Diante da produção política da morte descrita anteriormente, emerge a necessidade urgente de compreender o sofrimento daqueles que sobrevivem, especialmente as mães negras. Contudo, as categorias tradicionais da psicologia clínica muitas vezes baseadas em modelos eurocêntricos e universalistas mostram-se insuficientes para abarcar a complexidade dessa dor. Frequentemente, a psicologia tradicional falha em compreender que esse sofrimento não é apenas uma tristeza individual, mas um fenômeno coletivo, político e racialmente situado (Silva, 2017; Sawaia, 2009).

O impacto do racismo e da violência de Estado não é apenas emocional, mas se manifesta fisicamente no corpo dessas mulheres, transformando o trauma em doença. Em sua dissertação, Araújo (2019) já descrevia esse adoecimento como uma das faces do genocídio. Mais recentemente, Araújo, Souza e Silva (2022) aprofundaram essa análise, demonstrando que o racismo e o luto traumático são fatores determinantes para a saúde, desencadeando ou agravando quadros de hipertensão arterial, diabetes,

gastrite, doenças autoimunes e episódios frequentes de perda de memória. Essa compreensão pode ser articulada ao conceito de “continuum do genocídio”, desenvolvido por Vargas (2010), que permite entender a violência antinegra como um processo contínuo, que ultrapassa a morte física e se prolonga nas estruturas sociais e nos corpos. Nesse sentido, as doenças que acometem essas mulheres evidenciam como o corpo da mãe negra se torna um território onde a violência do Estado continua operando, mesmo após a perda do filho.

Essa interrupção abrupta e violenta da vida de um jovem é sentida pelas mães não apenas como uma perda, mas como uma quebra na ordem natural do ciclo vital, gerando sentimentos de impotência e frustração. Como apontam Alarcão, Carvalho e Pelloso (2008), a morte por homicídio possui especificidades que agravam o luto, pois a violência contra o corpo do filho desperta na mãe uma revolta diante da crueldade humana, dificultando a aceitação de uma morte que não foi natural, mas provocada. Por isso, proponho neste trabalho o conceito de Luto Racializado como uma chave analítica fundamental, lido através das lentes da interseccionalidade e da psicologia sócio-histórica.

Para entender a profundidade desse luto, recorreremos primeiramente a Lev Vygotsky, autor fundamental para a compreensão da mente humana. Em sua obra *A Formação Social da Mente*, Vygotsky postula a “lei genética geral do desenvolvimento cultural”, afirmando que toda função psicológica aparece duas vezes: primeiro no nível social (interpsicológico) e depois no nível individual (intrapsicológico):

“Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica).” (Vygotsky, 1998, p. 75).

Aplicando esse conceito à realidade das mães negras em Salvador, entendemos que o luto é uma função psicológica que precisa de validação social para ser elaborada. Se a sociedade (a polícia, a mídia, a justiça) diz que aquele filho era “bandido” e que sua morte não importa, o processo social de luto é interrompido. A mãe não recebe do meio social os signos e significados necessários para internalizar essa perda com dignidade. Portanto, o sofrimento psíquico dessas mulheres não é uma falha interna delas, mas o resultado da internalização de uma sociedade violenta e racista.

Aqui, o conceito de interseccionalidade, trazido por Carla Akotirene (2019), torna-se indispensável para detalhar como essa violência social ocorre. A autora nos ensina que a mulher negra não vive as opressões de forma separada. Ela vive numa “avenida” onde racismo, sexismo e pobreza colidem. O luto dessa mãe é racializado porque a

morte do filho foi racializada; é um luto de gênero porque recai sobre ela a solidão do cuidado; e é um luto de classe porque lhe são negados os recursos para buscar justiça.

Defino, então, o Luto Racializado não como um processo interno de "aceitação", mas como uma experiência de sofrimento psíquico contínuo, atravessada pela injustiça. A causa da morte o racismo de Estado permanece ativa e impune. Além da dor da perda, essas mães enfrentam a revitimização institucional: têm suas narrativas desacreditadas e suas reivindicações ignoradas.

Nesse cenário, a Psicologia precisa romper com a neutralidade e buscar fundamentos na Psicologia da Libertação. Ignacio Martín-Baró (2017) critica severamente a ideia de adaptar o indivíduo a uma realidade doente. Para ele, o trauma vivido por essas mães é um trauma psicossocial. "O trauma psicossocial não reside apenas na psique do indivíduo, mas na dialética entre a pessoa e uma estrutura social violenta." (Martín-Baró, 2017, p. 14).

Na mesma direção, Silvia Lane complementa essa visão ao situar o indivíduo não como um ser isolado, mas como produto da história. Segundo a autora: "Uma pessoa é a síntese do particular e do universal, ou seja, sua individualidade se constitui, necessariamente, na relação objetiva com o seu meio [...]" (Lane, 2002 apud Bock et al., 2007, p. 52).

Portanto, para a psicologia sócio-histórica, tratar o luto dessas mães exige atuar na transformação das condições objetivas que produzem o sofrimento (o racismo, a impunidade), e não apenas tentar "curar" a mãe para que ela aceite o inaceitável.

Essa dinâmica de silenciamento não é acidental, mas histórica. Tavares (2021) denuncia a existência de uma "interdição social da expressão do luto" imposta à população negra. A autora utiliza a metáfora das "lágrimas suspensas" para descrever como, desde a escravização, a sobrevivência de pessoas negras dependeu da capacidade de reprimir afetos e dissimular a dor diante do opressor. Na contemporaneidade, essa interdição persiste: quando a mãe negra chora, sua dor é frequentemente desqualificada ou patologizada pelos serviços de saúde mental, que ignoram o racismo como causa estruturante desse sofrimento.

Nesse cenário, a Psicologia precisa romper com a neutralidade. A psicologia hegemônica tende a falhar no acolhimento dessas mulheres justamente por desconsiderar a dimensão política de sua dor. Tavares (2021) traça um paralelo entre o diagnóstico histórico de "banzo" (visto como patologia e não como saudade/violência) e os atuais diagnósticos psiquiátricos dados a essas mães. Ao medicar o sintoma sem reconhecer a causa — o genocídio —, o sistema de saúde repete a lógica colonial:

transforma a reação legítima à violência de Estado em transtorno individual, alienando o sujeito das causas sociais de seu sofrimento.

4.2 Resistência e redes de apoio: entre a luta política e o desafio do autocuidado

Diante da omissão do Estado e da incapacidade da psicologia tradicional em acolher o sofrimento produzido pelo racismo, muitas mães negras constroem suas próprias redes de apoio. A formação desses coletivos não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas uma resposta política à tentativa de apagamento de suas histórias. Observamos que, ao se reunirem, essas mulheres transformam o luto solitário em uma trincheira coletiva de denúncia e memória.

Nesse cenário, o movimento Mães de Maio, fundado em São Paulo após os crimes de maio de 2006, tornou-se uma referência nacional de luta contra a violência de Estado, inspirando a criação de redes em todo o país. Conforme destaca o Fundo Brasil de Direitos Humanos, esse movimento pioneiro demonstrou que a organização coletiva é a única via possível para enfrentar a impunidade sistemática.

Seguindo esse rastro de resistência, identificamos iniciativas potentes em outros territórios. No Rio de Janeiro, o coletivo Filhos nos Braços do Pai exemplifica como a dimensão da fé e da solidariedade comunitária se entrelaçam na busca por justiça. Já em Salvador, contexto desta pesquisa, destaca-se a atuação do Instituto Odara com o projeto "Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar". Ao analisar a atuação desses grupos, percebe-se que eles funcionam como "anteparos" psíquicos: protegem a mãe do desamparo absoluto e oferecem um repertório simbólico para nomear a violência sofrida, algo que as instituições oficiais (delegacias e tribunais) sistematicamente negam.

Sob a ótica da Psicologia Sócio-Histórica, a potência desses grupos reside no que Silvia Lane (1981) define como a superação da alienação através do Processo Grupal. No isolamento de suas casas, muitas dessas mães tendem a internalizar a culpa pela morte dos filhos, questionando onde "erraram" na educação. No entanto, ao compartilharem suas narrativas no coletivo, ocorre um salto qualitativo de consciência: a dor deixa de ser vista como fracasso individual e é compreendida como produto de uma estrutura necropolítica. Lane nos ensina que o grupo permite a passagem da "consciência de si" para a "consciência social". É nesse encontro que a identidade de "mãe de vítima" é resignificada para "mãe de luta".

Nessa mesma direção, Nilma Lino Gomes (2017) amplia essa compreensão ao definir o Movimento Negro como um "educador". Para a autora, esses espaços de organização coletiva não são apenas locais de militância, mas espaços pedagógicos

onde se produzem saberes emancipatórios. Ao se engajarem nesses coletivos, as mães reconfiguram seu pertencimento e reconstróem sua autoestima, aprendendo a recusar o lugar de subalternidade imposto pelo racismo. O coletivo, portanto, atua como uma escola de cidadania e de (re)existência, onde a dor individual se converte em saber político.

Contudo, é fundamental problematizar a dinâmica interna desses espaços sob a luz da Psicologia da Libertação. Se por um lado a militância devolve a agência e a dignidade a essas mulheres, rompendo com o fatalismo (a crença de que nada vai mudar), por outro lado, observamos uma tensão perigosa entre a demanda política e a saúde mental.

Muitas vezes, a urgência da denúncia impõe a essas mulheres uma "performance de força" constante. A figura da "mãe guerreira", socialmente valorizada, pode se tornar uma armadilha psíquica. O ativismo, quando desprovido de espaços de pausa, corre o risco de reiterar a lógica de desumanização, onde a mulher negra serve apenas para o trabalho (neste caso, o trabalho político) e nunca para o descanso ou para o afeto.

Questionamos, portanto: esses espaços de resistência garantem, por si sós, a elaboração do luto? A análise crítica nos leva a concluir que a luta por justiça, embora terapêutica no sentido de restituir a verdade, não substitui a necessidade de elaboração subjetiva da perda. Se o coletivo foca apenas no enfrentamento externo nas marchas, nas audiências, nas notas de repúdio ele pode, descuidar, negligenciar o autocuidado e silenciar o direito dessa mãe de desabar, chorar e ser frágil.

Aqui, o pensamento de bell hooks (2021) torna-se crucial para reorientar a práxis desses grupos. Para a autora, as comunidades de resistência devem ser, antes de tudo, comunidades de amor. hooks argumenta que o amor é uma ação política de preservação da vida. Isso significa que, para promover saúde mental real, os coletivos precisam operar em uma dupla dimensão: a luta para fora (contra o Estado assassino) e o cuidado para dentro (entre as sobreviventes).

A Psicologia da Libertação, proposta por Martín-Baró (1996), não visa apenas libertar o sujeito das correntes sociais, mas também libertar sua mente das amarras que o impedem de viver plenamente. Um ativismo que adoce e exaure não é libertador; é mais uma engrenagem de moer corpos negros. Portanto, entendemos que o papel da psicologia nesses espaços não é incentivar uma militância sacrificial, mas fortalecer vínculos de afeto que permitam o descanso.

Assim, os coletivos de mães em Salvador e no Brasil configuram-se como espaços paradoxais e necessários. Eles são a fronteira de resistência contra o genocídio, mas precisam, urgentemente, incorporar o "direito ao luto" em suas agendas. O cuidado

coletivo, o abraço silencioso e a partilha da dor sem a obrigatoriedade do discurso político são tão revolucionários quanto o protesto na rua. Afinal, manter-se viva e sã em um Estado que deseja sua morte é, talvez, a maior de todas as vitórias políticas.

5. DA TELA PARA A VIDA: ANÁLISES AUDIOVISUAIS DO LUTO MATERNO NEGRO

A representação audiovisual do luto materno negro em produções brasileiras permite compreender, de forma sensível e crítica, as implicações psicológicas e sociais da violência urbana sobre as mães negras. Esses produtos culturais, sejam ficções ou documentários, funcionam como dispositivos de memória, denúncia e resistência, revelando a dor, o silenciamento e as estratégias de sobrevivência que marcam a experiência da maternidade negra em contextos de desigualdade racial e exclusão social. No campo das imagens, a violência urbana deixa de ser apenas uma estatística e ganha rosto, voz e emoção. As mães negras que perdem seus filhos para a violência do Estado são apresentadas não apenas como vítimas, mas como sujeitas políticas que transformam o sofrimento em resistência e denúncia. Essa representação dialoga com o conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe (2018), ao mostrar como o Estado define quem pode viver e quem deve morrer, e como a morte de jovens negros é naturalizada como parte da ordem social. A necropolítica, nesse contexto, não é apenas física, mas também psíquica: destrói vínculos, fere identidades e provoca um sofrimento emocional coletivo que atravessa gerações.

Para compreender como o audiovisual contribui para a reflexão sobre o luto materno racializado, é essencial apresentar as obras que embasam esta análise. O documentário *Auto de Resistência* (Natasha Neri e Lula Carvalho, 2018) acompanha casos de homicídios cometidos por policiais no Rio de Janeiro, frequentemente registrados com a justificativa de “auto de resistência”. A obra intercala depoimentos de mães, defensores públicos e ativistas de direitos humanos com cenas de audiências judiciais, revelando as contradições e a impunidade que marcam o sistema de segurança pública. Nessas narrativas, o olhar materno funciona como contraponto ético e político à narrativa estatal: as mães expõem as falhas institucionais, denunciam o racismo e reivindicam memória e justiça. O sofrimento é visível, mas também é resistência o ato de falar torna-se uma forma de sobreviver.

O cinema social opera como um dispositivo político de produção de memória, trazendo à cena vidas historicamente silenciadas (Bernardet, 2003). A crítica da arte antirracista entende essas obras como ferramentas de descolonização do olhar: ao

representar mães negras como agentes de luta, o audiovisual rompe com estereótipos vitimistas e convoca uma responsabilidade coletiva diante do sofrimento racializado.

Já o documentário *Luto Como Mãe* (Luis Lomenha, Fabian Remy, Julio C. Siqueira, 2009) se aproxima mais da subjetividade e da intimidade dessas mulheres, revelando o cotidiano de mães que perderam filhos para a violência policial e que, juntas, constroem redes de solidariedade e apoio. A obra se distingue por apresentar não apenas o trauma, mas também as práticas de cuidado, fé e reconstrução coletiva que emergem do luto. Nesses espaços, a dor se transforma em potência política: o luto é resignificado como luta, e a memória dos filhos se torna bandeira de resistência. Essa perspectiva reforça a ideia de bell hooks (1995, 2019) de que a resistência negra se manifesta também através da produção cultural e da oralidade, permitindo às mulheres negras narrar suas próprias histórias e recusar o apagamento histórico.

No campo da ficção, o filme *Ó Paí, Ó 2* (Monique Gardenberg, 2023) apresenta um retrato da vida cotidiana no Pelourinho, em Salvador, explorando com sensibilidade o convívio comunitário, a religiosidade e as tensões sociais da população negra. A personagem Dona Joana, mulher negra, evangélica e mãe de dois filhos, representa uma figura que sintetiza o sofrimento psíquico de tantas mães que enfrentam a violência urbana e o medo constante da perda. Sua trajetória é marcada pela fé e pela busca de estabilidade em um contexto de precariedade econômica e exclusão social. Quando o sofrimento se torna inevitável, a narrativa fílmica traduz o desamparo e o silenciamento impostos pelo Estado e pela sociedade, mas também revela a força e a espiritualidade que sustentam sua existência. O filme, como obra artística, não deve ser lido como dado literal da realidade, mas como tradução sensível que expressa, de forma estética, o impacto psicológico da violência racial e da desigualdade estrutural sobre as mulheres negras.

Além dessas produções artísticas, registros jornalísticos e iniciativas institucionais, como a *CPI do Assassinato de Jovens* (2016), realizada pelo Senado Federal, fortalecem a argumentação sobre a dimensão real e contínua dessa violência. Esses documentos evidenciam o caráter estrutural da morte de jovens negros no Brasil e o descaso do Estado com o sofrimento psíquico de suas mães. A articulação entre o cinema, o jornalismo e os dados oficiais constrói uma narrativa integrada, na qual a imagem audiovisual se torna ferramenta de denúncia, memória e conscientização coletiva.

O audiovisual, ao aproximar arte, política e psicologia, revela-se um instrumento poderoso para compreender as dinâmicas de sofrimento, resistência e subjetividade coletiva. No campo da Psicologia Social e Comunitária, essas produções dialogam com

o conceito de *sofrimento ético-político* (Sawaia, 2009), que reconhece a dor como expressão das desigualdades e violências estruturais. Ao colocar o espectador diante da dor dessas mães, os filmes convocam uma escuta ativa e empática, estimulando o reconhecimento de que o sofrimento psíquico das mulheres negras não é individual, mas social e histórico. Essa perspectiva exige da Psicologia uma atuação que vá além do atendimento clínico tradicional, incorporando práticas interseccionais (Akotirene, 2019) e abordagens comunitárias que promovam a escuta coletiva, o fortalecimento identitário e o cuidado compartilhado.

As produções audiovisuais também revelam o que é mostrado e o que é silenciado. O que as imagens mostram é a potência, a fé e a luta dessas mulheres; o que silenciam é o esgotamento emocional, o impacto contínuo da perda e a ausência de políticas públicas de cuidado e acolhimento psicológico. Tais lacunas refletem o que bell hooks (1994) define como a *violência do olhar colonial*, que muitas vezes expõe o corpo negro sem permitir que ele fale por si. Entretanto, o silêncio pode ser também uma forma de resistência, um gesto ético que preserva a dignidade e impede a espetacularização do sofrimento.

A leitura crítica dessas obras, portanto, permite compreender que o cuidado psicológico das mães negras precisa articular dimensões individuais, sociais e políticas. Lélia Gonzalez (1988) e Sueli Carneiro (2003) ressaltam que o racismo e o sexismo produzem marcas profundas na subjetividade feminina negra, mas também impulsionam formas criativas de reexistência. Patricia Hill Collins (2016) acrescenta que a maternidade negra é uma prática política de resistência, um espaço de produção de conhecimento e afirmação de vida diante de uma sociedade que insiste em desumanizar os corpos negros. Nas narrativas audiovisuais, essa maternidade é ressignificada: o ato de chorar, cuidar e lutar é também um ato político, uma recusa à invisibilidade e ao esquecimento.

Dessa forma, a análise do audiovisual como expressão do luto materno negro articula-se à realidade concreta de Salvador e de outras cidades brasileiras, onde o racismo estrutural, a desigualdade e a necropolítica (Mbembe, 2018) operam cotidianamente, produzindo sofrimento psíquico e experiências coletivas de luto racializado. Essas obras, ao dar visibilidade a essas vozes, contribuem não apenas para o campo artístico, mas também para a Psicologia Social, ao promover uma escuta ética e uma reflexão sobre o papel das instituições no enfrentamento da dor negra. O cuidado com a saúde mental das mães negras, nesse sentido, é também uma forma de justiça social e reparação histórica.

O cinema, o documentário e o jornalismo tornam-se, assim, espaços de reparação subjetiva e reconstrução coletiva. Ao transpor para a tela as vozes e as dores dessas mulheres, o audiovisual amplia o campo de atuação da Psicologia e da arte, convidando a sociedade a olhar, escutar e agir. Da tela para a vida, o luto materno negro transforma-se em resistência, em memória viva e em força política capaz de exigir um futuro onde a dor dessas mães não seja mais um destino, mas um ponto de partida para a transformação social.

As produções audiovisuais analisadas revelam não apenas o que se vê, mas também o que é silenciado. Mostram a força, a fé, a luta e a coragem dessas mulheres; silenciam, contudo, o esgotamento emocional, a ausência de políticas de cuidado e as marcas profundas deixadas pela violência contínua. Esse não-dito evidencia, como explica bell hooks (1994), a persistência do olhar colonial que expõe o corpo negro, mas não reconhece plenamente sua subjetividade.

O silêncio, entretanto, não é apenas ausência: é gesto ético e político. Ele impede a espetacularização do sofrimento e protege a dignidade dessas mulheres. Em paralelo, as imagens revelam que o luto materno negro não é apenas individual, mas histórico, coletivo e intergeracional, atravessado por racismo, pobreza, desigualdade e violência estatal.

Nesse sentido, o audiovisual cumpre papel fundamental na Psicologia Social, pois convoca o espectador a uma escuta ativa e à responsabilização pela dor racializada. Ele traduz em linguagem estética aquilo que a teoria nomeia: sofrimento ético-político (Sawaia, 2009), reexistência (Carneiro, 2003), maternidade como prática de resistência (Collins, 2016), e necropolítica (Mbembe, 2018).

Ao tornar visíveis essas subjetividades, o cinema, o documentário e os registros institucionais constroem um espaço simbólico de cura e denúncia. Da tela para a vida, o luto materno negro torna-se memória viva, resistência e força política para exigir que a dor dessas mães não seja naturalizada, mas reconhecida como uma questão central de justiça social e cuidado psicológico.

5.1. Análise fílmica: a personagem Dona Joana – ficção e sofrimento psíquico no filme Ó Paí, Ó 2

A escolha do filme Ó Paí, Ó 2 (2023), dirigido por Monique Gardenberg, para compor esta análise justifica-se por sua relevância sociocultural ao retratar o Pelourinho não apenas como cartão-postal turístico, mas como território de conflitos, afetos e resistências da população negra soteropolitana. Diferente de um dado estatístico, a obra

ficcional permite acessar a dimensão subjetiva e simbólica do luto, oferecendo uma mediação artística que sensibiliza o olhar para a realidade crua das periferias.

O enredo se passa cerca de 15 anos após o primeiro filme. O cortiço do Pelourinho segue como um pequeno mundo da sociedade baiana. Nesse cenário, reencontramos a personagem Dona Joana (interpretada por Luciana Souza). Joana é uma mulher negra, de meia-idade, evangélica e moradora do Centro Histórico. No primeiro filme, ela era caracterizada pela rigidez religiosa e moralismo. Na sequência, contudo, encontramos-a transformada pela tragédia: seus dois filhos, Cosme e Damião, foram assassinados pela violência policial no bairro do Pelourinho.

É fundamental destacar que a personagem de Dona Joana não deve ser interpretada como um retrato literal da realidade, mas como uma figuração simbólica, uma construção artística que condensa experiências sociais e afetivas vividas por mulheres negras em contextos urbanos de vulnerabilidade. O filme cria um espaço de mediação entre a ficção e a vida real, permitindo que o espectador perceba como as dimensões de gênero, raça e classe se entrecruzam na produção do sofrimento psíquico. Ao fazer isso, a obra cumpre um papel importante na representação crítica da violência, sem cair em estereótipos de vitimização, mas mostrando a complexidade humana de quem sobrevive.

Essa complexidade se revela quando observamos que a trajetória de Joana não é linear; ela é atravessada por um sofrimento mental agudo que desafia a sua própria fé e sanidade. A narrativa expõe que o luto dessa mãe não é apenas uma tristeza, mas uma desorganização da vida causada pela ausência de justiça. O filme retrata momentos em que a personagem vivencia alucinações, evidenciando que a violência de Estado produz sequelas invisíveis, mas devastadoras. Em uma cena emblemática, Joana busca atendimento com um psicólogo e, nesse espaço que deveria ser de organização, ela alucina. Essa representação é fundamental para compreendermos que, para a mulher negra periférica, o trauma da perda de um filho pode bagunçar a realidade de tal forma que a mente precisa criar refúgios delirantes para conseguir acessar uma sensibilidade que foi reprimida pela dureza da vida cotidiana.

Diante desse abismo emocional, Joana desenvolve estratégias de enfrentamento que, à primeira vista, podem parecer contraditórias, mas que revelam sua pulsão de vida. Embora seja evangélica fervorosa, a dor da perda é tão vasta que os dogmas de sua religião não são suficientes para contê-la. O filme mostra que, no desespero para acalantar seu coração, ela recorre a rituais de outra religião, de matriz africana, mesmo não sendo crente nela. Esse movimento não deve ser lido como uma incoerência, mas como um grito de socorro de uma mãe que, diante do silêncio da justiça dos homens,

busca qualquer via possível de alívio espiritual. Isso humaniza a personagem e quebra o estereótipo da mulher religiosa rígida, mostrando que a busca por cura nas periferias é complexa e atravessa múltiplas crenças.

Além da busca espiritual, Joana encontra na ação comunitária uma forma de não sucumbir àquilo que Orlando Patterson denomina de "morte social", ou seja, o apagamento total de sua existência e importância. Diante do vazio deixado por Cosme e Damião, ela não se fecha em casa; pelo contrário, decide acolher e adotar jovens em situação de rua. Esse gesto é um ato político de resistência que confirma a teoria da socióloga Patricia Hill Collins (2019) sobre a "maternidade comunitária". Para Collins, mulheres negras historicamente cuidam dos filhos umas das outras e da comunidade como forma de garantir a sobrevivência do grupo frente à opressão. Ao adotar esses jovens, Joana responde à política de morte do Estado com uma política de vida, transformando o cortiço onde mora em um espaço de reconstrução de laços familiares rompidos pela violência.

Toda essa trajetória é sustentada por uma rede de apoio fundamental: a vizinhança. O Pelourinho, representado pela convivência no bar de Neuzão e nos corredores do cortiço, atua como uma rede de proteção que remete ao conceito de Quilombo elaborado por Beatriz Nascimento. Para a autora, o quilombo não é apenas um refúgio histórico, mas uma continuidade de afeto e organização social que permite ao povo negro sobreviver. No filme, os vizinhos não julgam as alucinações de Joana ou suas buscas religiosas; eles a acolhem e a mantêm integrada à rotina, impedindo seu desmoronamento emocional completo. Assim, a personagem desafia a ideia da "mulher negra forte" que suporta tudo sozinha, criticada por Lélia Gonzalez, e nos apresenta uma mulher vulnerável, que precisa do outro para continuar de pé, provando que a saúde mental, nesse contexto, é uma construção coletiva e diária que convida o público a refletir sobre o peso da desigualdade social e sobre a urgência do cuidado com a saúde mental das mulheres negras.

5.2. Documentários como denúncia: mães negras entre o luto e a luta

Se a ficção muitas vezes nos permite o refúgio na imaginação e na elaboração simbólica, o cinema documentário, ao voltar suas lentes para a realidade crua da violência de Estado no Brasil, opera na chave da urgência, do testemunho e da prova. Nesta etapa da análise, debruçamo-nos sobre as obras *Auto de Resistência* (2018) e *Luto Como Mãe* (2009), além dos relatos apresentados à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Assassinato de Jovens (2016). Compreendemos esses registros não apenas como documentos de denúncia, mas como ferramentas de saúde mental coletiva

e dispositivos de contra-memória. A análise dessas produções ganha contornos dramáticos quando triangulada com os dados do Atlas da Violência 2025, que apontam a Bahia como um dos estados com maiores taxas de letalidade policial e vitimização de jovens negros. Ao observarmos as mães retratadas nos filmes e nos relatórios oficiais, não estamos vendo casos isolados, mas a face humana de uma estatística de genocídio. O que se revela nessas narrativas é um fenômeno psicossocial complexo: a transformação do luto materno que historicamente foi silenciado e interdito pelo racismo em uma tecnologia de sobrevivência e em uma disputa política contra a desumanização.

O documentário *Auto de Resistência*, dirigido por Natasha Neri e Lula Carvalho, dissecar o labirinto jurídico e burocrático que sucede a morte de jovens negros, acompanhando a trajetória de mães que se veem forçadas a enfrentar uma segunda violência: a institucional. Ao observarmos as cenas de tribunal, corredores de delegacias e reuniões com defensores públicos, identificamos a materialização do conceito de Necropolítica de Achille Mbembe (2018). A soberania do Estado não se manifesta apenas no momento do disparo da arma de fogo, mas na gestão administrativa da morte que se segue. O filme desmonta a narrativa oficial do “auto de resistência”, expondo mecanismos de revitimização, acusações infundadas e omissões sistemáticas. Ao falar publicamente, essas mães recusam a criminalização de seus filhos e reivindicam humanidade, rompendo com aquilo que Giorgio Agamben (2002) define como “vida nua”: existências desprotegidas, cuja morte não produz comoção social. Para as mães retratadas, o luto é imediatamente suspenso pela necessidade de defesa. O documentário expõe a crueldade de ter que provar que o filho morto trabalhava, estudava e não estava armado. Configura-se uma inversão perversa da realidade, onde a vítima é julgada mesmo depois de morta, enquanto a palavra do Estado é aceita como verdade absoluta.

Essa dinâmica de criminalização da vítima, explorada no documentário, encontra respaldo teórico na análise trazida pelo artigo da revista *Afro-Ásia*, Machado (2025) discute como a sociedade brasileira constrói uma “autorização” para a morte de corpos negros. Segundo o texto, existe uma operação ideológica que associa a negritude à periculosidade, permitindo que a sociedade civil aceite a letalidade policial como um mecanismo necessário de “segurança”. Quando a mídia e as autoridades policiais rotulam o jovem morto como “envolvido”, elas estão, na verdade, apaziguando a consciência coletiva, retirando daquele corpo o status de vítima e transferindo a culpa para o próprio morto. Essa narrativa hegemônica, denunciada no artigo, é exatamente o que as mães em *Auto de Resistência* enfrentam. A batalha delas no tribunal não é

apenas jurídica, é uma batalha semântica e psíquica para devolver a inocência aos seus filhos.

Em Salvador, essa batalha muitas vezes enfrenta o silêncio absoluto do desaparecimento forçado. Rute Fiuza, mãe de Davi Fiuza, desaparecido em 2014 após abordagem policial, relata a tortura da incerteza: "Fui ao Instituto Médico-Legal, nos campos de desova, mas nada" (Agência Brasil, 2014). Para mães como Rute e Ana Lúcia, mãe de Mateus, que afirma "até o dia de hoje, não sei o que aconteceu, sumiram com meu filho", o luto é suspenso indefinidamente. A ausência de um corpo para enterrar impede o ritual de despedida, perpetuando o sofrimento psíquico em um ciclo sem fim.

O sofrimento dessas mulheres é agravado pela percepção de que a morte de seus filhos não é vista como uma tragédia pela sociedade, mas como um "procedimento padrão". Psicologicamente, esse cenário impede o "trabalho de luto" tradicional. Não há espaço para a tristeza ou para o recolhimento quando se está ocupada defendendo a honra do filho contra um sistema que tenta assassiná-lo socialmente.

Ainda no contexto de *Auto de Resistência*, a obra denuncia a solidão institucional dessas mulheres. Enquanto os policiais contam com advogados corporativos e apoio da instituição, as mães aparecem muitas vezes isoladas. É nesse vácuo do Estado que surge a primeira grande estratégia de enfrentamento: a solidariedade entre pares. A cena em que as mães se abraçam nos corredores do fórum revela que, no abraço de outra mulher que sente a mesma cicatriz, o sofrimento é validado sem a necessidade de laudos ou testemunhas. Esse compartilhamento da dor transforma-se em força coletiva, conforme destaca bell hooks (2019), que entende o afeto e a esperança como práticas de resistência negra. O "amor como prática da liberdade", conceito de hooks, se materializa quando essas mulheres decidem que não vão sucumbir à depressão isolada, mas vão politizar seu afeto. Esse movimento de recusa à vitimização passiva dialoga também com o que a socióloga Patricia Hill Collins (2019) define como "política de empoderamento". Para Collins, o conhecimento produzido pelas mulheres negras não é apenas intelectual, mas prático e voltado para a sobrevivência. Ao transformarem sua dor privada em uma causa pública, essas mães estão exercendo uma forma de poder que desafia a estrutura racista. Elas deixam de ser objetos da política de segurança pública para se tornarem sujeitos políticos que exigem mudanças. Collins argumenta que a "autodefinição" é uma ferramenta crucial de resistência: ao se autodefinirem como "mães de vítimas" e não "mães de bandidos", elas retomam o controle sobre suas próprias histórias e identidades.

Se *Auto de Resistência* foca na batalha externa contra o judiciário, o documentário *Luto Como Mãe* (2009), dirigido por Luis Carlos de Nascimento, opera um deslocamento

fundamental para a intimidade e para o afeto. A obra entra na casa das mães que fazem parte de movimentos como as Mães de Maio e as Mães de Acari, revelando o que acontece quando os portões do tribunal se fecham. A análise fílmica destaca a centralidade do espaço doméstico e dos objetos de memória como suportes psíquicos essenciais. Vemos quartos de filhos que permanecem intocados anos após a morte, roupas que ainda são cheiradas e tatuagens com os rostos dos jovens marcadas na pele das mães. Sob um olhar clínico tradicional e eurocentrado, tais comportamentos poderiam ser lidos equivocadamente como sinais de um luto patológico ou de uma negação da realidade. No entanto, à luz da Psicologia Social Crítica, compreendemos que essas ações são, na verdade, estratégias de resistência frente à interdição do luto.

A insistência na preservação da memória, vista nos documentários, ganha contornos de urgência quando confrontada com os sintomas clínicos dessas mães. Araújo (2019) relata que a perda de memória recente é uma queixa constante entre as mães militantes, resultante do trauma e do estresse crônico. Assim, o esforço de tatuar o rosto do filho, guardar suas roupas ou repetir incansavelmente seu nome nos atos públicos funciona também como um mecanismo de resistência contra o próprio esquecimento produzido pelo adoecimento psíquico.

As mães de Luto Como Mãe recusam a naturalização da perda. Ao preservarem os objetos e marcarem seus corpos com a imagem dos filhos, elas estão combatendo a Morte Social, conceito de Orlando Patterson (2008) que descreve a alienação total do sujeito de sua comunidade e humanidade. Elas afirmam, através da materialidade da memória, que aquela existência importava. A tatuagem no braço não é apenas tinta; é um monumento pessoal que o Estado não pode derrubar e uma forma de manter o filho presente no próprio corpo da mãe.

Nos testemunhos à CPI do Assassinato de Jovens (2016), o que é ficcionalizado ou simbolizado na arte torna-se denúncia institucional explícita. As mães expõem o racismo estrutural, a impunidade e a violência estatal, revelando a continuidade da dor: após o assassinato, vêm o desprezo institucional, a culpabilização da vítima, a demora nos processos e o apagamento da memória. Esses discursos materializam aquilo que Bader Sawaia (2001) denomina sofrimento ético-político: dor que deriva da consciência da injustiça e das desigualdades estruturais. Não se trata de uma dor que nasce de conflitos internos do sujeito, mas de uma dor que deriva da consciência de que o Estado, que deveria proteger, é o algoz. Ao discursarem no espaço estatal, lugar historicamente negado às periferias, essas mulheres tensionam narrativas hegemônicas, ressignificam a identidade de suas crianças e politizam o próprio luto. Como afirma uma das mães: “Meu nome não é mais Terezinha, meu nome é justiça”.

Esse deslocamento subjetivo se baseia na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, fundamentada em Vygotsky (2001) e Silvia Lane (1984), segundo a qual a consciência não é um dado isolado, mas se constrói na atividade e na relação com o outro. Como aponta Lane (1984), a linguagem é instrumento de mediação e transformação; assim, novas palavras e novos contextos de luta produzem novas formas de existir e resistir. Nesse sentido, a identidade de “mãe de vítima” ou “militante” não apaga a dor da perda, mas oferece um novo sentido para a existência que impede o aniquilamento subjetivo.

Essa transformação do luto em ativismo é impulsionada pela impunidade. Alarcão, Carvalho e Pelloso (2008) observam que, diante da falha do Estado, muitas mulheres assumem a identidade de “mães justiceiras”. A busca pela punição dos culpados e pela memória dos filhos passa a funcionar como um novo sentido existencial, convertendo a dor paralisante em ação política contínua.

Assim, a triangulação entre Auto de Resistência, Luto Como Mãe e os relatos da CPI demonstra que a saúde mental dessas mulheres depende intrinsecamente da Justiça e da Memória. Não há "cura" possível para esse luto enquanto a impunidade persistir. Para a Psicologia, fica a lição de que o espaço terapêutico para a mãe negra periférica muitas vezes não é o consultório fechado, mas a rua, o ato público e o ombro de outra mãe que compartilha da mesma luta. As obras audiovisuais e os testemunhos públicos, portanto, não são apenas registros da morte; são manifestos de vida que provam que o amor materno, quando politizado, é uma das forças mais potentes de resistência ao racismo, à necropolítica e ao esquecimento no Brasil.

5.3. Subjetividades em cena: o que as imagens mostram (e o que silenciam)

As produções audiovisuais analisadas *Ó Paí*, *Ó 2*, *Luto Como Mãe* e *Auto de Resistência* configuram um espaço de visibilidade para experiências historicamente marginalizadas. As câmeras capturam rostos marcados pela dor, gestos de resistência e vozes que reivindicam justiça. Contudo, ao observarmos essas obras em profundidade, percebemos que elas iluminam não apenas a presença, mas também as ausências. O que as imagens mostram é a força e a resiliência; o que muitas vezes silenciam é o esgotamento emocional e o trauma prolongado que o Estado impõe aos corpos e mentes dessas mães.

Esses silêncios não são meros detalhes estéticos. Eles refletem o que a psicanalista Isildinha Nogueira (1998) analisa sobre as "significações do corpo negro". Para a autora, o corpo negro é historicamente marcado como um lugar de resistência

física, mas cuja subjetividade e sofrimento psíquico são sistematicamente negados. A figura da "mãe guerreira", tão recorrente na ficção e no telejornalismo, corre o risco de reforçar essa negação: ao exaltarmos apenas a força de quem suporta o insuportável, deixamos de acolher a mulher que precisa desabar.

Essa interdição do sofrimento, muitas vezes estetizada no cinema, manifesta-se com brutalidade nos relatos reais colhidos em Salvador. A capital baiana, marcada por uma geografia da morte, é o cenário onde a ficção encontra a realidade. A pesquisadora Márcia Calazans (2016), ao estudar os homicídios de jovens em Salvador, define esse fenômeno como a "especialização da morte". A morte não ocorre em qualquer lugar; ela tem CEP. Ela se concentra nos bairros onde o Estado só entra armado.

As vozes das mães soteropolitanas, registradas em reportagens e projetos de memória, rompem com a imagem estática da "guerreira" e revelam a carne viva do genocídio. No bairro de São Marcos, o relato de uma mãe cujo filho de 16 anos foi executado explicita essa desumanização:

Colocaram ele como traficante... O menino estava andando e eles mandaram colocar as mãos para cima. Quando ele colocou, deram um tiro na perna da criança e depois levaram lá para dentro, deram um bocado de tiros e disseram que foi troca de tiros (G1, 2025).

Esse depoimento real valida a tese de Ana Flauzina (2006) de que o sistema penal brasileiro opera um projeto genocida. Para Flauzina, o corpo negro caído no chão não é um erro do sistema, é o seu sucesso. A narrativa oficial de "troca de tiros" serve apenas para burocratizar o extermínio e garantir que a sociedade continue a dormir tranquila.

Mas por que a sociedade aceita esse massacre? A resposta pode ser encontrada no conceito de "pacto da branquitude", de Cida Bento (2002). Existe um acordo tácito, silencioso, entre as instituições (polícia, justiça, mídia) para proteger os privilégios de um grupo e ignorar a dor de outro. Quando uma mãe de Tancredo Neves denuncia: "Alvejou meu filho sem sequer perguntar se ele era honesto... Tudo isso foi cortado, foi executado", ela está gritando contra um sistema judiciário e midiático que, por pacto, escolhe não ouvir. A branquitude normativa olha para o filho dela e vê um alvo, não um sujeito.

A dor dessas mulheres, portanto, é atravessada pelo que Abdias do Nascimento (1978) denunciou historicamente como a tentativa de aniquilação do povo negro. Não se mata apenas o corpo; mata-se a possibilidade de futuro, de descendência, de continuidade. Como afirma uma das mães da Chacina do Cabula: "Achei que eles tiraram a vida do meu filho duas vezes. Fica difamado... A crueldade é o que mais me dói". O luto é interrompido pela necessidade de limpar o nome do filho, uma tarefa exaustiva que impede o fechamento da ferida psíquica.

A dimensão desse sofrimento mental é descrita de forma intensa por Marina, mãe de uma das vítimas da Chacina do Cabula (2015). Em entrevista ao El País, ela revela como o trauma desorganiza a psique e a rotina básica de sobrevivência: "Minhas noites de sono estão perdidas... Faço tudo ao contrário, para não lembrar. Aí eu penso nele: será que ele já comeu?". Esse relato evidencia um estado de alerta contínuo e uma ruptura na temporalidade da vida, onde a mãe precisa "esquecer" para conseguir trabalhar, configurando um luto interdito pela necessidade de subsistência.

Outra mãe, cujo filho de 17 anos foi executado em 2024, resume o ciclo de dor que une essas mulheres: "Eu tinha pena das mães [que perdem os filhos] e agora estou no meio delas" (G1, 2024). Essa fala demonstra a consciência de que a tragédia em Salvador não é um evento isolado, mas uma condição coletiva de vulnerabilidade.

Contudo, é justamente na abertura estreita dessa dor insuportável que a resistência floresce. Angela Davis (2018) nos lembra que "a liberdade é uma luta constante". Para as mães negras de Salvador, a liberdade não é um conceito abstrato; é a luta diária para manter viva a memória de quem foi assassinado. Ao se organizarem em coletivos e ocuparem as ruas, elas rejeitam o papel de vítimas passivas. Elas transformam o "corpo negro caído no chão" em bandeira de luta.

Assim, compreender o que as imagens mostram e o que os relatos revelam é reconhecer que tanto o audiovisual quanto o testemunho oral são campos de batalha. Quando as mães negras assumem o protagonismo, seja na tela do cinema documental ou na denúncia pública em Salvador, elas rompem o pacto de silêncio da branquitude. A subjetividade negra feminina emerge, então, não apenas como dor, mas como um ato político de existir e de reescrever a história, contra o genocídio e a favor da vida

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das produções audiovisuais, documentos e relatos sobre o luto materno negro em Salvador revelou que a violência urbana e o racismo estrutural não se apresentam como fenômenos isolados, mas como dimensões interligadas de uma mesma lógica necropolítica (Mbembe, 2018). Os resultados apontam que as mães negras não apenas enfrentam a perda violenta de seus filhos, mas também sofrem um processo de desumanização que invisibiliza sua dor e nega o direito ao luto pleno. Essa realidade foi constantemente evidenciada nas obras analisadas, que, ao mesmo tempo em que denunciam as mortes provocadas pela violência urbana, também trazem à tona o sofrimento psíquico e a resistência dessas mulheres.

Nos filmes e documentários examinados, como *Ó Paí, Ó 2*, *Auto de Resistência* e *Luto Como Mãe*, emergem representações consistentes da solidão da maternidade

negra, da ausência de suporte institucional e da construção de redes de apoio como resposta coletiva diante da dor. Essas narrativas, seja pela via da representação artística ou do registro documental, dialogam com os achados de Araújo (2019) e Da Costa et al. (2023), ao evidenciarem que a omissão do Estado e a criminalização da juventude negra intensificam o sofrimento psíquico dessas mulheres, transformando o luto em experiência não apenas individual e familiar, mas também coletiva e política. O audiovisual, nesse sentido, mostra-se um instrumento importante de denúncia, capaz de dar visibilidade a realidades frequentemente silenciadas pela mídia tradicional e pelas próprias instituições estatais.

Os dados documentais consultados, como os do Atlas da Violência (2025) e do Observatório da Segurança da Bahia (2024), reforçam o caráter seletivo da violência urbana, que incide de maneira desproporcional sobre jovens negros periféricos. Em Salvador, bairros majoritariamente negros concentram os maiores índices de letalidade, revelando a cidade como um território de exclusão racializada. Essa realidade dialoga diretamente com o conceito de segregação socioespacial desenvolvido por Rolnik (2015), em que a geografia urbana reflete as hierarquias raciais e perpetua desigualdades históricas. Dessa forma, a violência contra a juventude negra em Salvador não pode ser compreendida como mero problema de segurança pública, mas como resultado de um projeto social e político que organiza a cidade a partir da exclusão racial.

Do ponto de vista psicológico, os resultados apontam que o sofrimento das mães negras não pode ser reduzido a categorias tradicionais de luto, como as fases propostas por Kübler-Ross (1998). O luto racializado envolve dimensões políticas, históricas e comunitárias, nas quais a dor é atravessada pelo racismo institucional e pela negação de humanidade para essas mulheres. Ribeiro (2017) chama atenção para esse processo, destacando que o luto materno das mulheres negras não é reconhecido socialmente, sendo tratado muitas vezes como consequência natural da criminalização de seus filhos, o que resulta em negação do direito de sofrer. Além disso, observou-se que o adoecimento psíquico dessas mulheres não decorre apenas da perda em si, mas também da solidão social, da patologização da dor e da revitimização em espaços institucionais, como destaca Flauzina (2014). Essa combinação de fatores contribui para um sofrimento profundo e prolongado, que ultrapassa o âmbito individual e revela a face coletiva e racializada do luto.

Por outro lado, os resultados também evidenciam a potência das redes de apoio e dos coletivos de mães, que se constituem como espaços de resistência, cuidado e denúncia. Ao transformarem o luto em luta, essas mulheres subvertem a lógica necropolítica e criam territórios de memória, solidariedade e reconstrução identitária. Os

coletivos de mães, como revelam estudos de Marvila et al. (2020), possibilitam a elaboração da dor em espaços compartilhados, ressignificando o sofrimento a partir da construção de vínculos comunitários e da militância política. Assim, ao mesmo tempo em que o luto revela a violência estrutural que recai sobre a população negra, ele também se torna motor de resistência e de luta por justiça. Essa dimensão confirma a importância de pensar a Psicologia a partir de um compromisso ético e político, como propõe Lane (1999), orientado não apenas ao acolhimento individual, mas à transformação das condições sociais que produzem o sofrimento.

Em síntese, os resultados desta pesquisa revelam que a violência urbana em Salvador atinge de forma desproporcional a juventude negra, refletindo uma política de morte racializada e institucionalizada. O luto materno negro, nesse contexto, é atravessado por racismo estrutural, solidão social e negligência institucional, configurando-se como uma experiência coletiva e política que ultrapassa a dimensão privada. As representações audiovisuais analisadas contribuem para dar visibilidade a esse sofrimento e, ao mesmo tempo, reforçam a denúncia das desigualdades estruturais que marcam a vida das mães negras. Além disso, as redes de apoio e os coletivos de mães funcionam como espaços fundamentais de resistência, cuidado e reconstrução subjetiva, evidenciando a centralidade do cuidado coletivo na preservação da saúde mental dessas mulheres.

Cabe destacar alguns limites e potencialidades desta pesquisa. O recorte metodológico, baseado na análise de produções audiovisuais e documentos institucionais, possibilitou uma leitura crítica das representações do luto materno negro, mas não incluiu a escuta direta das mães enlutadas, o que limita o aprofundamento das experiências subjetivas individuais. Além disso, o recorte territorial em Salvador, embora fundamental para evidenciar a racialização da violência urbana no contexto baiano, não permite generalizações para outras realidades urbanas brasileiras.

Como ponto forte, ressalta-se a articulação entre Psicologia, relações raciais e estudos urbanos, bem como o uso do audiovisual como estratégia metodológica, ampliando as possibilidades de produção de conhecimento na Psicologia Social e conferindo visibilidade a narrativas historicamente silenciadas. A abordagem racializada do luto materno também se destaca ao reafirmar o compromisso ético e político da Psicologia com a denúncia das desigualdades estruturais.

A partir desses achados, sugere-se que pesquisas futuras avancem na escuta direta das mães negras enlutadas, por meio de metodologias qualitativas participativas, bem como ampliem análises comparativas entre diferentes territórios urbanos. Investigações sobre o papel das políticas públicas e dos serviços de saúde mental no

acolhimento dessas mulheres também se mostram necessárias, contribuindo para o fortalecimento de práticas psicológicas antirracistas e socialmente comprometidas.

Dessa forma, a discussão dos achados aponta para a urgência de políticas públicas que reconheçam o caráter racializado da violência urbana e implementem ações reparatórias, de apoio psicológico e de justiça social. Reafirma-se, ainda, a necessidade de uma Psicologia engajada, comprometida com a escuta ética e a transformação social, que considere as dimensões estruturais do sofrimento psíquico das mães negras e atue na construção de práticas emancipatórias e antirracistas. Que os bons ventos calmos, assim como evocado poeticamente no título deste trabalho, possam seguir conduzindo essas mulheres e suas lutas, desafiando a lógica da morte e afirmando a dignidade, a memória e a vida negra como valores inegociáveis.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. 2. reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALARCÃO, Ana Carolina Jacinto; CARVALHO, Maria Dalva de Barros; PELLOSO, Sandra Marisa. A morte do filho pequeno em circunstância violenta: compreendendo a experiência da mãe. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 16, n. 3, p. 341–347, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/JYbmHvhHc3jkDgm6bdjCjgp/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 14 jun. 2025

AUTO DE RESISTÊNCIA. Direção: Natasha Neri e Lula Carvalho. Produção: Cavi Borges, Lula Carvalho e Natasha Neri. Rio de Janeiro: Desvia, 2018. 1 documentário (104 min), son., color.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 12, n. 34, 2015. DOI: 10.12957/rep.2014.15086. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15086>. Acesso em: 19 ago. 2025

ARAÚJO, Verônica Souza de. **Mães da resistência: um olhar sobre o papel do racismo no processo de adoecimento de mães militantes que perderam seus filhos para a violência de Estado**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ARAÚJO, Verônica Souza de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Vera Lucia Marques da. "Eles vão certeiros nos nossos filhos": adoecimentos e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1327-1336, abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6QWq6LzzdDvwSJSgRsKKB4c/>. Acesso em: 25. jul. 2025

ALVES, Jader Santos. **A atuação policial na perspectiva de jovens negros: vozes dos invisíveis. Salvador:** Ministério Público do Estado da Bahia, 2020. Disponível em: <https://cispregrional.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2020/07/Artigo-A-Atua%C3%A7%C3%A3o-Policial-Juventude-Negra-Dr.-Jader-Alves.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FERREIRA, Marcos Ribeiro; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. Sílvia Lane e o projeto do “compromisso social da psicologia”. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, p. 46-56, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/w5gPmcqxnB5w5ThhFkCyCtb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** *Geledés*, 2013.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA (CESeC); REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA. **Racismo: motor da violência.** Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Racismo-motor-da-violencia-1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

DA COSTA, Daniella Harth; NJAINE, Kathie; DE SOUZA, Edinilsa Ramos. **Apoio social a familiares de vítimas de homicídio em contexto de violência comunitária.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2023. Disponível: <https://www.scielo.br/j/physis/a/8BSscc8W4c4rjBvsdbQHJBc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 dez, 2024.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DENZIN, Norman K. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods.** 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1978.

DAMASCENO, Karina Teixeira. “Não tendo visto seu filho em vida, queria vê-lo na morte”: gênero, raça e maternidade (São Luís, Maranhão, 1876-1877). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 71, p. 1–10, 2025. DOI: 10.9771/aa.v0i71.70523. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/70523>. Acesso em: 23. nov. 2025

EL PAÍS. **As mães do Cabula, na Bahia: à procura de resposta por seus mortos**. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/05/politica/1430854639_508994.html. Acesso em: out. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FIOCRUZ. **1º Informe Epidemiológico sobre a Situação de Saúde da Juventude Brasileira: Violências e Acidentes**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2025. Disponível em: <https://fiocruz.br/documento/2025/08/1o-informe-epidemiologico-sobre-situacao-de-saude-da-juventude-brasileira>. Acesso em: 30 nov. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 30 nov. 2025.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. **Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 119–146, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/24625>. Acesso em: 17 set. 2025.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FREIRE, Maria Luiza Cardoso. **Paraíso azul e recanto feliz: nomes da antítese de violência urbana em Salvador**. 2006. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/b4f978d1-349a-4ad4-b1bb->

[53e5dbad0bb5/content#:~:text=Segundo%20depoimentos%20dos%20moradores%20de,casas%2C%20os%20rejeitam%20como%20vizinhos.](#) Acesso em: 12 dez. 2024.

GELEDÉS. **Afetividade da mulher negra – parte 1**. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afetividade-da-mulher-negra-parte-1/#gs.a335ca6192b6404e8196dfde30970be0>. Acesso em: 05 set. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: LUZ, Mater T. (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

G1 BAHIA. **Adolescente morto em ação policial em Salvador**. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/12/03/mae-adolescente-morto-a-tiros-salvador.ghtml>. Acesso em: 13 out. 2025.

G1 BAHIA. **Jovem com autismo é morto a tiros ao sair de casa para buscar sobrinhos na escola em Salvador; familiares e amigos protestam**. G1, 23 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/09/23/jovem-autista-morto-salvador.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2025.

G1 BAHIA. **Mãe diz que adolescente obedeceu ordem policial para colocar mãos para cima antes de ser morto: 'Deram um bocado de tiros'**. G1, 29 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/09/29/adolescente-morto-em-acao-policial-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 06 out. 2025.

G1 BAHIA. **Mãe de jovem morto por PM em Salvador pede por justiça: 'uma dor na alma'**. G1, 30 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/12/30/mae-de-jovem-morto-por-pm-em-salvador-pede-por-justica-uma-dor-na-alma.ghtml>. Acesso em: 06 out. 2025.

G1 BAHIA. **'Alvejou meu filho sem perguntar se ele era honesto', diz mãe de adolescente morto durante ação policial em Salvador**. G1, 11 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/02/11/adolescente-morto-tancredo-neves-mae-desabafa.ghtml>. Acesso em: 06 dez. 2025.

GUIMARÃES, Saulo Renato Castro; FRANÇA, Misael Neto Bispo da. **Do abrir fogo ao cessar maternidade: a violência policial na Bahia e a lesão ao direito de ser mãe.** Revista de Direito da UNIFACS, Salvador, 2024. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/9814/5463> . Acesso em: 22 nov. 2025

INICIATIVA NEGRA. **Mesmo que me negue sou parte de você: racialidade, territorialidade e (r)existência em Salvador.** 2024. Disponível em: <https://iniciativanegra.org.br/publicacao/mesmo-que-me-negue-sou-parte-de-voce/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

INICIATIVA NEGRA. **Publicações.** 2024. Disponível em: <https://iniciativanegra.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2025.* Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

KOVÁCS, Maria. **A morte como perda: reflexões sobre o luto.** 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer.** 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LANE, Sílvia T. Maurer. *O que é Psicologia Social.* São Paulo: Brasiliense, 1999.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer *et al.* Uma análise dialética do processo grupal. *Cadernos PUC: Psicologia*, São Paulo, n. 11, p. 95-107, 1981.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LETALIDADE POLICIAL e seus impactos nas infâncias negras na Bahia e no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.plataformadh.org.br/relatorias/relatorios/letalidade-policial-e-seus-impactos-nas-infancias-negras-na-bahia-e-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LUTO como mãe. Direção: Luis Carlos Nascimento. Produção: Luis Carlos Nascimento. Rio de Janeiro: [s.n.], 2009. 1 documentário (70 min), son., color.

LIMA, Fátima. **Vidas pretas, processos de subjetivação e sofrimento psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras.** In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Orgs). *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira.* Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7–27, 1996.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais.** Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARVILA, Wanner Sobroza et al. **A dor por trás do luto materno: uma investigação acerca dos mecanismos de sobrevivência criados a partir do luto.** 2020. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/a-dor-por-traz-do-luto-materno.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MÃES DE MAIO cobram justiça para seus filhos em Salvador. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/maes-de-maio-cobram-justica-para-seus-filhos-em-salvador>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MÃES QUE PERDERAM FILHOS relatam efeitos psicológicos da violência policial. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/maes-que-perderam-filhos-relatam-efeitos-psicologicos-da-violencia-policial/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MIZAEL, Táhcita Medrado; BARROZO, Sarah Carolinne Vasconcelos; HUNZIKER, Maria Helena Leite. Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. **Revista da ABPN**, [S. l.], v. 13, n. 38, p. 212-239, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2021.v13.n.38.p212-239>. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1183>. Acesso em: 20 nov. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. 1998. 165 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000987809>. Acesso em: 18. out. 2025.

NASCIMENTO, IE do; FIGUEIREDO, SHG de. Ser mãe, ser negra: interseções entre racismo materno, violências e sofrimento psíquico em uma revisão bibliográfica. **Revista Caribeña - QUALIS B1**, [S. l.], v. 5, pág. e4571, 2025. DOI: 10.55905/rcssv14n5-013. Disponível em: <https://revistacaribena.com/ojs/index.php/rccs/article/view/4571>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social**: um estudo comparativo. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2008. Publicado originalmente em 1982.

Ó PAÍ, Ó 2. Direção: Viviane Ferreira. Produção: Dueto Produções e Casé Filmes. Distribuição: H2O Films. Brasil, 2023. 1 filme (90 min), son., color.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: EDUFBA, 2013.

PSICOLOGIA SOCIAL E PROCESSO GRUPAL: a coerência entre fazer, pensar e sentir em Silvia Lane. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500022>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PARISE, Carmen Livia G.; SCANDIUCCI, Guilherme. Do pacto narcísico da branquitude à corresponsabilidade: um olhar para o complexo cultural racial. **Junguiana**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 39-52, 2022. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/jung/v40n2/03.pdf#:~:text=Todo%20dia%20a%20gente%20aprende%20a%20ser,a%20partir%20de%20um%20projeto%20colonial%20racista>. Acesso em: 13 set. 2025.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. Observatório da Segurança da Bahia. 2024. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/observatorios/bahia/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ROLNIK, Raquel et al. O programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 127–154, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/18863/16807>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 88-97.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 364–372, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/SNXmnP85p4XsKmsrWgbgtpr/>. Acesso em: 09 dez. 2024

SILVA, Valéria Aparecida de Oliveira. **A violência de Estado e as mulheres/mães: uma análise a partir das mães de jovens vítimas da violência de Estado da Região do Grande ABC**. 2017. 213 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/54312>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Andressa Mayara Silva. **Experiências de luto não reconhecido: o que se opera entre perda e precariedade**. 2023. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37331>. Acesso em: 30 nov. 2025.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

TAVARES, Jeane Saskya Campos. Expressão do luto na população negra: entre o invisível e o patológico. In: SANTANA, Jacimara Souza (Org.). **Saúde das populações negras na América e África**. 1. ed. Salvador: EDUNEB, 2021. p. 63-83. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jeane-Saskya-Tavares/publication/359268358_EXPRESSAO_DO_LUTO_NA_POPULACAO_NEGRA_ENTRE_O_INVISIVEL_E_O_PATOLOGICO/links/623213a64ba65b2481355a3f/EXPRESSAO-DO-LUTO-NA-POPULACAO-NEGRA-ENTRE-O-INVISIVEL-E-O-PATOLOGICO.pdf. Acesso em: 09 out. 2025.

VIOLÊNCIA E PREVENÇÃO NA ESCOLA: as possibilidades da Psicologia da Libertação. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i41683>. Acesso em: 25 jul. 2025.

VARGAS, João Costa. Continuum genocida ou sofrimento negro dentro e através das fronteiras nacionais. Revista da ABPN, v. 1, n. 2, p. 31–65, jul./out. 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/289/269>. Acesso em: 21 dez. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.